

FRATURAS EXPOSTAS DOS SABERES SOCIAIS BRASILEIROS E LATINO-AMERICANOS EM FLORESTAN FERNANDES

MARCELO MARQUES DE ALMEIDA FILHO¹
DANIELLE DE CASTRO SILVA LOBATO²
MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA FREITAS³

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de analisar as contribuições de Florestan Fernandes para o avanço das discussões teóricas da Sociologia brasileira, sobretudo suas análises sobre esta área de conhecimento no Brasil e na América Latina. Para isso, a perspectiva proposta é a de que o autor é um dos precursores da atuação acadêmica e profissionalizante da área no país e que suas concepções teóricas, conceituais e metodológicas foram fundamentais para o pensamento sociológico e social brasileiro/latino-americano, principalmente por sua concepção de *estilhaçamento das Ciências Sociais*. O objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições feitas por Florestan aos estudos sociológicos. Este é um texto metodologicamente qualitativo, de tipo referencial teórico, justificável por se tratar de tema relevante para as discussões sociológicas nacionais e latino-americanas.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil; Florestan Fernandes; Sociologia.

EXPOSED FRACTURES OF BRAZILIAN AND LATIN AMERICAN SOCIAL KNOWLEDGE IN FLORESTAN FERNANDES

¹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor substituto de Ciência Política (FCS/UFG). Membro associado do Fórum Universitário MERCOSUL (FOMERCO) e da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos – Distrito Federal (REBEDH-DF+) e também do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (CEAM/UnB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, História e Educação para as Relações Raciais e de Gênero (GEPHERG/FE/UnB). E-mail: marcelo.filho@ufg.br. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8980416917332456>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8915-2657>.

² Doutoranda e mestra em Ciências Sociais -Estudos Comparados sobre as Américas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA), vinculado ao ICS/UNB. Especialista em Orientação Educacional (ICSH) e em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFES). Ativista do Movimento Negro Unificado (MNU-DF). Membro do GEPHERG (FE/UnB) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/CEAM/UnB). E-mail: dani.castro.lobato@gmail.com. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8955474623222649>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0009-4738-3671>.

³ Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) vinculado ao ICS/UnB. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora associada I na Faculdade de Educação (FE) da UnB. Membro do Núcleo de Estudos Estratégicos (NESTRA/CEAM/UnB) e do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF/UERJ/Fiocruz); Currículo: Concepções Teóricas e Práticas Educativas (UnB). E-mail: mcsilva@unb.br. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2298230132252269>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6557-3171>.

ABSTRACT

The present work aims to analyze Florestan Fernandes' contributions to advance the theoretic discussions of the Brazilian Sociology, especially his analyzes on this area of knowledge in Brazil and Latin America. For this, the proposed perspective is that the author is one of the precursors of academic and professional activity in the area in the country and that his theoretical, conceptual and methodological conceptions were fundamental to brazilian/latin american sociological and social thought, mainly due for his conception of *shattering of the Social Sciences*. The general objective of this work is to analyze the contributions made by Florestan to the sociological studies. This is a methodologically qualitative text, with a theoretical reference type, justifiable because it's a relevant topic for national and latin american sociological discussions.

KEYWORDS

Brazil; Florestan Fernandes; Sociology.

FRACTURES REVELEES DES CONNAISSANCES SOCIALES BRÉSILIEN ET LATINO-AMÉRICAINES CHEZ FLORESTAN FERNANDES

RÉSUMÉ

Le présent travail vise à analyser les contributions de Florestan Fernandes à l'avancement des discussions théoriques en sociologie brésilienne, en particulier ses analyses sur ce domaine de la connaissance au Brésil et en Amérique Latine. Pour cela, la perspective proposée est que l'auteur est l'un des précurseurs de l'activité académique et professionnelle dans le pays dans ce domaine et que ses conceptions théoriques, conceptuelles et méthodologiques ont été fondamentales pour la pensée sociologique et sociale brésilienne/latino-américaine, principalement en raison de sa conception du *bouleversement des Sciences Sociales*. L'objectif général de ce travail est d'analyser les apports de Florestan aux études sociologiques. Il s'agit d'un texte méthodologiquement qualitatif, de type référence théorique, justifiable car il s'agit d'un sujet pertinent pour les discussions sociologiques nationales et latino-américaines.

MOTS-CLÉS

Brésil; Florestan Fernandes; Sociologie.

FRACTURAS EXPUESTAS DEL CONOCIMIENTO SOCIAL BRASILEÑO Y LATINOAMERICANO EN FLORESTAN FERNANDES

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones de Florestan Fernandes para avanzar en las discusiones teóricas de la Sociología brasileña, especialmente sus análisis sobre esta área del conocimiento en Brasil y América Latina. Para esto, la perspectiva propuesta es que el autor es uno de los precursores de la actividad académica y profesional del área en el país y que sus concepciones teóricas, conceptuales y metodológicas fueron fundamentales para el pensamiento sociológico y social brasileño/latinoamericano, principalmente por su concepción de la *fragmentación de las Ciencias Sociales*. El objetivo general de este trabajo es analizar los aportes realizados por Florestan a los estudios sociológicos. Se trata de un texto metodológicamente cualitativo, de tipo referencial teórico, justificable por tratarse de un tema relevante para las discusiones sociológicas nacionales y latinoamericanas.

PALABRAS CLAVE

Brasil; Florestan Fernandes; Sociología.

INTRODUÇÃO

Nos anos 1930, sob influência do movimento modernista brasileiro, da efervescência do inédito e acentuado processo de industrialização e urbanização, das dúvidas mudanças modernizantes nas estruturas socioculturais, políticas e econômicas no Brasil e no mundo, do desenvolvimentismo da Era Vargas, entre outros fatores, criou-se a Universidade de São Paulo (USP), mais precisamente em 1934. Nisso, para além da influência inicial dos intelectuais europeus nas Ciências Sociais uspianas, Florestan Fernandes (1920–1995) se destacou como uma figura proeminente da instituição, sendo fundamental para a criação de um novo formato, perfil e agenda de reflexão social e sociológica no país. Ele é conhecido por se ater à utilização de métodos robustos advindos de fontes sociológicas e antropológicas para a compreensão das estruturas sociais e das relações étnicas, raciais e sociais no Brasil e no contexto latino-americano.

Dentre várias análises de Florestan Fernandes, a esta proposta interessa as reflexões críticas para a construção do conhecimento científico na Sociologia brasileira⁴, aplicação de métodos científicos para compreender suas estruturas sociais e culturais e a interpretação de condições históricas para a construção de relações raciais e de classe no Brasil, sendo estes os temas desta pesquisa. O problema da pesquisa é: quais as características que assinalam as contribuições teórico-conceituais de Fernandes para as investigações sociológicas brasileiras e latino-americanas?

O objetivo geral do texto é analisar a influência teórico-conceitual de Fernandes na Sociologia nacional e latino-americana, enfocando as discussões perpetradas em seus escritos. Os objetivos específicos são: 1) compreender e identificar os fundamentos básicos das ponderações de Florestan, e; 2) destrinchar os pontos-chave das contribuições teórico-conceituais do autor para o avanço, a estruturação e a concepção da Sociologia e das Ciências Sociais brasileiras/latino-americanas.

Esta proposta tem como base a metodologia qualitativa e o formato de referencial teórico, sendo também um texto de tipo exploratório e uma revisão bibliográfica rigorosa. O artigo se justifica pelo fato de o conjunto da obra de Florestan Fernandes ter oferecido e ainda oferecer significativa colaboração à construção das Ciências Sociais, permanecendo um intérprete social atual do Brasil e da América Latina, transitando tanto pela seara sociológica como também pela Antropologia e pela Ciência Política.

⁴ Para Liedke Filho (2005, p. 376, adaptado), “a emergência e evolução da Sociologia como disciplina acadêmico-científica no Brasil e na América Latina divide-se nas seguintes etapas e períodos: 1) A Herança Histórico-cultural da Sociologia: 1.1) Período dos Pensadores Sociais; 1.2) Período da Sociologia de Cátedra, e; 2) Etapa Contemporânea da Sociologia: 2.1) Período da Sociologia Científica; 2.2) Período de Crise e Diversificação”. Para maior aprofundamento, ver Liedke Filho (2005).

Suas acepções sobre os povos tupinambá, nas quais propôs uma visão sistemática ainda ausente nas referências etnológicas e etnográficas aplicadas aos conflitos e à resistência contra a colonização portuguesa, bem como à complexa organização social dessa população (Silveira; Hirano, 2020); sobre a população negra, excluída sistematicamente da cidadania e suscetível às violências sociais, políticas e econômicas do Estado brasileiro (Fernandes, 1978b); e as contradições das classes sociais no Brasil, que se tornaram referência nos estudos sociais, influenciando, inclusive, as discussões antropológicas brasileiras e latino-americanas (Peirano, 2018), embora este não seja o foco desta discussão.

Por mais que haja um número substancial de trabalhos que tratam sobre o pensamento de Florestan, este trabalho procura destacar as contribuições do autor para a solidificação das perspectivas sociológicas e sociais no Brasil (e no contexto latino-americano) e a sua atuação em relação aos acontecimentos de sua época, tendo suas contribuições e lições transposto o limite de sua existência, influenciando ainda na atualidade as discussões da área. Em especial, cabe destacar que sua passagem pela USP, a ditadura militar e o exílio tiveram impacto em seu trabalho e em suas perspectivas, transformando-se ao longo das produções do autor, o que nos permite pensar, conforme ele expressa, em uma possibilidade ideal de realizar o ofício sociológico, haja vista que o autor advoga que há um papel social e acadêmico frente à sociedade que sociólogos(as) e cientistas sociais precisam realizar/ocupar.

Com isso, assumimos que, embora já possa ser considerado um autor clássico nas Ciências Sociais brasileiras e latino-americanas, Fernandes é fundamental para uma leitura atual dessas sociedades, posto que muitos problemas relativos aos arranjos sociais, políticos, econômicos e internacionais de sua época atravessaram as gerações e se fazem presentes, mesmo que com outras roupagens, nas discussões, desafios e problemas sociais atuais, reiterando sucessivamente sua importância e também servindo como ponto de crítica às investigações socioculturais na região.

Logo, para avançar as discussões e as ações sociais frente ao conservadorismo, as contradições, as desigualdades e o complexo processo de modernização brasileiro, o autor desenvolveu estratégias que se propunham a se concretizar a partir de uma reorganização das práticas do Estado e de disputas de concepções epistemológicas predominantes nas instituições públicas. Florestan Fernandes é um autor complexo e que não se esgota e, como aponta José de Souza Martins (2020, p. 223) ele “[...] nunca será analisado completamente, nem definitivamente”.

A esse respeito, Florestan (2007 [1969]), em análise sobre a revolução cubana, complementa, a partir de sua perspectiva, que as revoluções têm esferas históricas e políticas originadas no Estado, o qual precisa passar por refundações conforme a criatividade, o rendimento e o ritmo próprio das transformações que o processo

revolucionário evoca e perpetua, sendo ponto de transformação da realidade social, do processo de governança, criação de novas instituições e ampliação da soberania popular. É nesse contexto que a revolução socialista se tornaria/tornará possível.

Tendo em mente essas discussões evocadas para a estruturação deste estudo, preliminarmente, foi elaborada uma síntese da biografia do autor. A seguir, procuramos situar suas referências. Por fim, foi feita a discussão sobre suas contribuições teórico-conceituais para a Sociologia brasileira e latino-americana. Feitas tais considerações, passemos à caracterização da figura do sociólogo Florestan Fernandes.

EM SUMA, FLORESTAN

Fernandes nasceu na cidade de São Paulo, em 1920. O momento histórico em que veio à vida estava repleto de acontecimentos marcantes e transformações no Brasil e no mundo, o que, posteriormente, influenciaram sua formação e carreira.

Filho de uma lavadeira estrangeira e iletrada, Fernandes (1977) precisou trabalhar desde os seis anos de idade como engraxate e outras funções, tendo que abandonar os estudos básicos no terceiro ano primário, só retornando a eles aos dezessete anos, através dos cursos de madureza (equivalentes aos atuais supletivos). Como o próprio Florestan (1994, p. 126) indicou, a convivência com pessoas em situações semelhantes à de sua origem foi fundamental para lhe ensinar sobre como “sofrer as humilhações da vida sem degradar-se”. Oriundo de condição periférica e tendo vivenciado a pobreza urbana paulista e os impactos diretos das desigualdades em sua própria história, com resiliência, se apropriou disso como algo que não só seria um de seus marcadores de origem (que mais tarde também o levaria às suas práticas militante e política), mas também como algo que posteriormente seria central em suas discussões e concepções sobre as mazelas sociais e sobre as contradições do processo de desenvolvimento desigual e combinado, da revolução burguesa e da própria conformação da sociedade brasileira.

Sobre essa questão, Gabriel Cohn (2005, p. 245–247) faz alguns apontamentos pertinentes, que marcam a construção da personalidade de Florestan como a de um autor que transita entre mundos diferentes desde sua vivência e formação:

Difícilmente essa experiência da busca de identidade nos interstícios de dois mundos terá deixado indiferente o jovem cientista em formação aos 25 anos, quando ele próprio procurava o seu lugar em condições difíceis. Aqui, porém, já podemos encontrar os traços básicos da trajetória que Florestan buscava imprimir à sua vida, tal como se exprimiria na sua produção intelectual e na sua inserção na vida pública. Longe de espelhar-se de algum modo no dilaceramento do seu personagem, Florestan parece ter encontrado neste objeto de pesquisa, como depois saberia encontrar em tantos outros, uma advertência, um desafio e um programa de trabalho. A advertência seria contra qualquer incorporação autocomplacente das vicissitudes da própria biografia na conduta efetiva na vida; o desafio consistiria em dinamizar (para usar um dos seus termos prediletos), em preencher criativamente de energia as formas de percepção do mundo e as alternativas de ação que sua experiência própria

iria descortinando; o programa de trabalho, finalmente, se traduziria na resolução de, confrontado com alternativas que se apresentassem como exclusivas e que poderiam paralisá-lo na escolha desse ou daquele papel a ser desempenhado, optar sempre por preencher a ambos, saturando-os (outro termo predileto seu) com seus significados próprios. Nenhuma concessão ao refluxo à subjetividade, pois, mas busca insaciável de aprendizado e de sentido para a ação em tudo que o mundo lá fora oferecesse. Uma posição, em suma, fundamentalmente plebéia perante o mundo: enérgica, intransigente, sobretudo insaciável no empenho em apreender (outro dos seus termos) no pensamento e na ação tudo o que o novo mundo social lhe sonhava. Por detrás disso está aquilo que dará a marca distintiva ao trabalho de Florestan: é nesses mesmos termos que ele conseguiria organizar, mais uma vez, de modo criativo, enérgico e voltado para a saturação dos conteúdos, a sua percepção sociológica e histórica do mundo, também nas grandes análises em nível macro a que dedicaria sua obra madura. Tudo isso no contexto biográfico da contínua busca de “saturar de sentido” os “papéis” que identificava como constitutivos do seu trabalho, expressos com inteira nitidez e com clara indicação da sua intrincada rede de relações na abertura de escrito de 1954, sobre relações culturais entre o Brasil e a Europa, ao se apresentar como “um brasileiro que é sociólogo por profissão e socialista por convicções políticas”.

Dessa forma, Cohn (2005) evidencia que Fernandes, como intelectual orgânico, tinha uma capacidade única de transpor os aspectos de sua vida pessoal e de sua história para suas elaborações acadêmico-científicas e para a ação política, o que também o liga à ideia de práxis marxista, assumida e construída ao longo de sua formação e suas experiências, reivindicando a carga de sua vivência plebeia e a associando à ideia de criatividade e dever sociológico (que serão melhor trabalhados adiante), bem como ao confronto com alternativas divergentes de análise ou atuação política, sendo a marca registrada do autor ressignificar à exaustão suas escolhas com seus significados próprios e únicos⁵.

Com base nessa perspectiva, Diogo Valença de Azevedo Costa e Eliane Veras Soares (2023) discorrem sobre as colaborações de Florestan Fernandes para o pensamento social crítico que surge a partir de realidades sociais hierarquizadas e subalternizadas. Esta realidade não reflete apenas a trajetória do autor, mas de todo um contexto de colonização e precarização que abrange o Brasil e a América Latina. Nesse sentido, pontuam que “o lumpen, o plebeu, o populista, o negro, o popular e o revolucionário estão entrelaçados no autor” (Costa; Soares, 2023, p. 11). A esse respeito, soma-se também a realidade indígena,

⁵ “Essa passagem de uma visão pessoal socialmente condicionada para um programa de pesquisa ganha forma numa peculiar modalidade de absorção e criação conceitual. Em primeiro lugar (de novo, uma construção que evoca o estilo de Florestan: sua colega e amiga, a antropóloga Gioconda Mussolini, dizia que nos seus escritos sempre transparecia um quadro sinótico – em primeiro lugar, em segundo lugar, por um lado, por outro lado), isso se manifesta no predomínio de uma específica imaginação espacial sobre a dimensão temporal nas análises. Esse mestre da reconstrução histórica vê o passado não como um fluxo, mas como um campo de oportunidades que numa configuração determinada se abriam à ação racional e consciente dos homens, assim como o presente é um campo de forças em pugna pela dinamização e efetivação de tendências estruturais, e o futuro é um conjunto de possibilidades suscetíveis, em grau que compete à análise avaliar, de intervenção com base nas condições presentes. Sobretudo, a referência ao passado jamais é feita nos termos de um jogo da memória (como em Gilberto Freyre, seu grande antípoda): é muito mais um inventário de obstáculos na construção do presente e na projeção para o futuro” (Cohn, 2005, p. 247–248).

especialmente a dos Tupinambás. Os aspectos da vida de Florestan influenciaram continuamente o desenvolvimento de suas ideias etnológicas e sociológicas. A noção de lumpen aparece no trabalho de Costa e Soares (2023) ao articularem a visão de Fernandes sobre os mecanismos estruturais de exclusão na formação do Brasil e do pensamento sociológico (Costa; Soares, 2023).

Nesse tópico, que tem como base três obras fundamentais de Florestan Fernandes para a interpretação da realidade brasileira, a saber, *A integração do negro na sociedade de classes* (1978b [1964]), *A revolução burguesa no Brasil* (1987 [1975]) e *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (2007 [1979]), destaca-se a importância da noção de mundo lumpenproletário para compreensão da base ideológica das categorias políticas e teóricas de *dilema racial brasileiro, capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução socialista* das quais o autor parte. Costa e Soares (2023) destacam que o capitalismo dependente se reproduz conforme uma combinação específica de formas de dominação e exploração que envolvem uma posição específica dentro do capitalismo global e os resquícios do passado colonial, logo, pré-capitalista, ao qual podemos denominar com base no próprio Florestan Fernandes como a persistência de estruturas arcaicas ou atrasadas e de uma modernização com base em uma revolução burguesa incompleta. Isto estabeleceu novas bases de reconstituição do colonialismo tanto na sociedade brasileira como latino-americana. Conforme Fernandes, essa realidade só poderia ser superada com uma ruptura drástica com o imperialismo e isso demanda transformações estruturais contínuas e radicais rumo ao socialismo ou, ao menos, uma democratização radical no país e na região (ressalta-se o contexto ditatorial na América Latina desse período) (Costa; Soares, 2023; Fernandes, 1964; 1975; 1977; 1979).

Seguindo com a contextualização, em 1941, Fernandes ingressou no curso de Ciências Sociais (CS) na USP, concluindo o bacharelado em 1943 e a licenciatura na área em 1944. Também cursou mestrado em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (conclusão em 1947) e doutorado em Sociologia na USP (concluído em 1951). Em 1945, foi contratado como professor assistente na cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH) da USP. Em 1953, Fernandes (1977) tornou-se livre-docente em Sociologia e professor titular da cadeira de Sociologia I na FFLCH/USP. A partir de 1954, junto a ex-alunos e colegas como Fernando Henrique Cardoso, o FHC, e Otávio Ianni, iniciou na instituição, no entorno da cadeira de Sociologia I⁶, o grupo conhecido como *Escola de*

⁶ “O fato é que, em fins de 1954 e no início de 1955, já dispunha de um pequeno grupo, que podia trabalhar articuladamente comigo, e, em conjunto, nós mesmos forjamos espaço para continuarmos crescendo. Na época em que fui afastado, em 1969, esse grupo era relativamente numeroso, se incluímos nele os pesquisadores e auxiliares de pesquisa que trabalhavam no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o qual funcionava anexo à cadeira de Sociologia I” (Fernandes, 1977, p. 183).

Sociologia da USP, que marcou a transição do ensaísmo sociológico para o período de pesquisas científicas no Brasil.

Especificamente, o ano de 1954 foi marcado por grande tensão entre os autores que disputavam o significado da Sociologia e das funções do campo científico no Brasil. Alberto Guerreiro Ramos frisava que era “a favor de uma sociologia voltada para a construção de uma teoria da realidade brasileira, formulada no sentido do processo do desenvolvimento econômico-social do Brasil” (Ramos, 1954 citado por Shiota, 2010, p.17). Entretanto, para Fernandes, não era possível “conceituar o objeto da sociologia como um processo de autoconsciência racional da realidade brasileira, que buscava uma formulação prática dos lastros da atividade política no Brasil” (Shiota, 2010, p. 18). Isto em parte é acrescido da ideia de fragmentação sociológica, que será trabalhada adiante. Essa divergência perdurou pelos anos seguintes em um tensionamento político e acadêmico sobre outras categorias da Sociologia.

Esse caloroso debate com Guerreiro Ramos⁷, seu contemporâneo, marcou a base e a consolidação da Sociologia brasileira e o estabelecimento do que ficou conhecido como *sociologia paulista* e *sociologia carioca*, os dois modelos mais notórios de institucionalização da Sociologia no país até então, encampados pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) e USP, de um lado, e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – (UERJ) (anteriormente Universidade do Distrito Federal (UDF), Universidade do Rio de Janeiro - URJ, Universidade do Estado da Guanabara - UEG e, a partir de 1950, UERJ), por outro. Os autores divergiram sobre a utilização das perspectivas sociológicas, mas isso também tem a ver com a abordagem proposta por ambos: Florestan parte da Sociologia crítica e Guerreiro Ramos da redução sociológica e de sua experiência no Teatro Experimental do Negro (Liedke Filho, 2005).

Fernandes e Guerreiro Ramos enfatizaram a importância de examinar as interseções de classe, raça e etnia na compreensão da dinâmica de poder e desigualdade na sociedade brasileira, desafiando as ideias dominantes na época, destacando as experiências e as lutas de grupos marginalizados, preocupando-se com as formas pelas quais as estruturas sociais, políticas e econômicas perpetuam a desigualdade social e o papel que os movimentos sociais desempenharam em desafiar essas estruturas. Contudo, é fundamental destacar que Guerreiro Ramos (1965) teceu duras críticas pessoais e acadêmicas à concepção normativa e

⁷ “Já eram bastante conhecidos os embates entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes na década de 1950. O primeiro concebendo a Sociologia como instrumento da sociedade nacional em seu processo de autoconhecimento. A disciplina deveria, segundo Ramos, estar mais comprometida com o processo de desenvolvimento (e os sociólogos mais ocupados em evidenciar as leis que o regem), do que com ‘estudos de campo de caráter estático’, baseados em teorias exógenas e incompatíveis com a realidade nacional. Florestan Fernandes contra-atacava definindo os argumentos de Ramos como falaciosos e ideologicamente inspirados e seu receituário como deformação “filosófica”. Era a partir da ideia de um confronto, de uma disputa entre Escolas que se constituía o espaço de experiência de Fernandes e seu grupo durante a escrita dos referidos textos” (Guedes, 2007, p. 29).

à proximidade da análise de Fernandes com a Sociologia europeia, o que remete à sua formação na USP, bem como às suas concepções sobre desenvolvimento e autonomia nacional, perfil da Sociologia brasileira, e o foco na leitura paulistana da realidade nacional, dentre outros pontos. Este debate, embora não seja a abordagem central da discussão aqui proposta, merece ser destacado.

Em 1962, sob liderança de Florestan Fernandes e ligado à cadeira de Sociologia I, foi criado o CESIT, contando também com a participação de Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues e Azis Simão. A instituição, uma forma de contraposição ao ISEB — que se especializou em analisar o processo do desenvolvimento brasileiro e a realidade brasileira daquele período — se voltou a estudar a modernização capitalista periférica no Brasil. Cardoso foi o responsável por conseguir firmar parcerias privadas e também públicas para financiamento de investigações e pesquisas. Enquanto isto, o ISEB, criado por incentivos do Governo Juscelino Kubitschek, seguiu puramente com financiamento público (Fernandes, 1977; Toscano, 2016). A articulação entre teoria e prática política desempenhou um papel fundamental na elaboração de teorias sobre as questões estruturais do país, conforme descreve Romão (2006), citado por Lucas Trindade da Silva (2021, p. 284):

O CESIT significou “uma experiência acadêmica paulista que, embora efêmera, assumiu a tarefa de intervenção política e, a seu modo, envolveu-se com ela”, aproximando-se intensamente das “questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro” e de “grupos externos à Universidade, em busca de uma atuação mais contundente no debate político nacional”.

A compreensão era de que o papel da Sociologia e dos intelectuais da área estavam intrinsecamente ligados às transformações políticas. O impacto histórico e social do CESIT foi evidente para a construção de uma universidade mais integrada às lutas por justiça social.

Desde antes da instauração da ditadura empresarial-militar em 1964, Florestan (1977) já apresentava participação significativa nos movimentos sociais, destacando-se na defesa da educação pública, laica e de qualidade, pela garantia dos direitos fundamentais das populações marginalizadas e da redução das desigualdades sociais. Como atuação político-militante, atuou no Partido Socialista Revolucionário (PSR) na década de 1940 e ajudou a fundar a Coligação Democrática Radical, objetivando que esta se tornasse uma frente ampla (uma espécie de atuação mais abrangente do PSR). Contudo, essa coligação se esgotou rapidamente. Após sair do PSR, a atuação de Fernandes se deu principalmente na seara da política universitária e em conferências que o aproximaram dos problemas da coletividade. Participou ainda da Campanha em Defesa da Escola Pública (1959–1962), mesmo sendo crítico ao ideário liberal desta iniciativa. Devido ao golpe, as atividades de docentes tidos como *subversivos* passaram a ser constantemente monitoradas e, por isso, Florestan foi ameaçado e preso pela primeira vez em 1964. A partir de então, passou a criticar contundentemente o regime e a se posicionar em prol da democratização do Brasil,

colocando-se em oposição ao pensamento e ao cenário conservador vigente. Este é um ponto importante da vivência e da atuação acadêmica e política de Florestan. Contudo, este não é um ponto central para nesta análise e, portanto, não será aprofundado.

A produção teórica e o ativismo social de Florestan Fernandes não apenas produziram uma interpretação interdisciplinar para a compreensão completa das dinâmicas sociais, mas também possuem impacto direto na disputa dos projetos políticos antagônicos de Estado produzidos pela ditadura militar. O que Fernandes trazia era a possibilidade de reorientação/transformação política das instituições em que fazia parte e seu transbordamento para a efetivação da democracia e da cidadania no Brasil.

Posteriormente, em 1964, Florestan Fernandes (1977) tornou-se professor catedrático de Sociologia I pela FFLCH/USP. Em 1969, ele foi acusado de ser um conspirador pela ditadura e foi aposentado compulsoriamente, além de ser exilado, conforme o Ato Institucional 5 (AI-5). Após esse afastamento, certo ostracismo, isolamento e a adoção de um ceticismo em relação ao futuro da Sociologia brasileira, Fernandes reviu alguns pontos do seu pensamento e ação como sociólogo e sobre a institucionalização do campo sociológico local. É nesse momento, conforme Blanco e Brasil Jr. (2018), que Florestan Fernandes começa a internacionalizar suas observações e passa a verificar a situação latino-americana com maior frequência em suas análises⁸.

Dessa forma, as discussões sobre a América Latina foram incorporadas progressivamente nas reflexões de Fernandes, sobretudo ao longo da década de 1960, devido à ascensão da tendência a um enfoque mais regional (latino-americanizado) nas investigações sociais/sociológicas dos problemas de (sub) desenvolvimento, dependência/dominação externa, estruturação das classes sociais, restrições das ditaduras, complexidade das relações étnicas e raciais e dos resquícios da colonização, entre outros assuntos preocupantes aos intelectuais da região naquele momento, tendência que se seguiu desde o fim da década de 1950 (Blanco; Brasil Jr., 2018).

Soma-se a isso a participação de Fernandes em congressos e seminários internacionais entre 1960 e 1970, que serviram para direcionar parte do escopo de suas obras para os dilemas latino-americanos, com destaque para as conferências, os congressos e os seminários internacionais *Padrão e ritmo de desenvolvimento na América Latina*, apresentada no Seminário sobre Aspectos Sociais do Desenvolvimento Econômico na

⁸ “A circulação internacional (e regional) de Florestan Fernandes e de sua produção intelectual ganha fôlego após o golpe de 1964, quando seu empreendimento intelectual se vê ameaçado pelo avanço do fechamento político. Um segundo condicionante dessa maior circulação internacional serão suas estadas acadêmicas nos Estados Unidos (na *Columbia University*, em Nova York, e na *Yale University*, em New Haven) e sua posterior permanência no Canadá, depois da aposentadoria compulsória, em 1969. Em comparação com a trajetória modal dos sociólogos contemporâneos a Fernandes que também tiveram um papel destacado no período de formação das ciências sociais na América Latina, sua circulação internacional é mais tardia” (Blanco; Brasil Jr., 2018, p. 70).

América Latina, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1960, na Cidade do México e *Classes sociais na América Latina*, conferência apresentada no Seminário sobre classes sociais na América Latina, promovido pela Universidade Autônoma do México em 1971, em Mérida, entre outras (Blanco; Brasil Jr., 2018).

Sacchetta (1996) complementa essas informações apontando que, durante o período ditatorial, Fernandes transitou por diversas instituições, mas também recusou várias oportunidades em centros de prestígio internacional. Além disto, via nas agências de fomento e instituições estrangeiras do norte global a representação dos interesses capitalistas e imperialistas, sobretudo dos Estados Unidos (Fernandes, 1977; 1994; Freitag-Rouanet, 2020). Isso, de certa forma, influenciou a inserção regional e internacional das produções de Florestan Fernandes.

Ao retornar ao Brasil⁹ (Fernandes, 1977), devido aos desdobramentos que culminaram na anistia (Brasil, 1979), efetivada, de fato aos fins da década de 1970, Fernandes declinou de ser reintegrado à USP no início da década de 1980, algo condizente com suas convicções e críticas à mercantilização da educação, já que, para além de sua concepção de educação como uma ferramenta política, que, em termos sociológicos, deve ser crítica e militante, também deve ser universalista, emancipatória e inclusiva.

Nos anos 1970, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), uma das instituições contrárias à ditadura, contratou um considerável número de docentes perseguidos e aposentados compulsoriamente pelo AI-5. Mais precisamente, Florestan foi contratado em 1977 e em 1978 se tornou professor titular na instituição, lotado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Entre 1978 e 1990, coordenou a *Coleção Grandes Cientistas Sociais* pela editora Ática. A organização desta coletânea ocorreu em um momento no qual Fernandes procurava por meios dignos de sobrevivência (Freitag, 1996; Fernandes, 1977).

Com a democratização, Fernandes ingressou na vida política brasileira. Em 1986, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), e foi eleito como deputado federal para o mandato 1987–1990 e reeleito para o mandato 1991–1994. No primeiro mandato, foi deputado constituinte, integrando a Comissão de Educação, Cultura e Esportes (Sacchetta, 1996).

Florestan recebeu diversos prêmios, condecorações, títulos e cidadania honoríficos, ordens e se consagrou como o Patrono da Sociologia Brasileira, registrado pela Lei

⁹ Seu retorno marcou, inicialmente, o isolamento do pesquisador, que só o abandonou devido à sua crescente participação nas mobilizações de movimentos sociais emergentes e à sua atuação na PUC-SP (Liedke Filho, 2005).

n. 11325/2006. Em 1995, após diversos problemas de saúde, Florestan Fernandes faleceu de complicações hepáticas, aos 75 anos (Sacchetta, 1996; Brasil, 2006).

Esses fatos, essa vivência e essa trajetória fazem de Florestan um pensador único. Com base nisso, para se compreender a obra e legado do autor, é importante ter em mente que ele fez uma leitura baseada em questões socioculturais, econômicas e políticas que permearam sua época, intercalando com os fatos sociais, as contradições e as singularidades da realidade social brasileira.

CONTEXTUALIZANDO AS PERSPECTIVAS E AS ABORDAGENS DO AUTOR

A partir de um conjunto de análises acadêmicas, totalizando mais de cinquenta obras publicadas, Florestan Fernandes promoveu uma disputa epistemológica com criticidade em relação às referências da sociologia clássica e às tendências sociológicas contemporâneas nas Ciências Sociais. A proposta do pesquisador pode ser lida como um giro epistêmico rumo a uma perspectiva teórica que permita a intervenção e a transformação social, enfatizando a responsabilidade do(a) cientista social e a sociabilidade por trás da construção de conhecimento, frente aos dilemas da sociedade brasileira em modernização contraditória e da revolução burguesa nacional (Costa, 2020; Ianni, 1996).

Como é de conhecimento, a obra de Florestan Fernandes é ampla e diversa, dialogando com perspectivas clássicas, mas também pensando propostas nacionalizadas e autônomas de compreensão da realidade social brasileira e sua complexidade, abarcando temas como pesquisas etnográficas e etnológicas da organização social dos povos Tupinambá¹⁰, sociologia da educação, (sub)desenvolvimento tardio, relações étnico-raciais na sociedade de classes brasileira, papel do(a) sociólogo(a) na reflexão e na transformação social, desigualdade social e outros temas. Para Martins, Fernandes “[...] ressalta a importância da modalidade do rico conhecimento desses informantes do passado, que prestaram atenção, comparativamente com a sociedade dos conquistadores, às diferenças que a revelavam como sociedade peculiar, aquilo que é propriamente sociológico e

¹⁰ “Em suma, Mariza Peirano constatou que a intelectualidade brasileira não fez nenhuma relação entre os Tupinambá e o ‘Brasil’, e por conta disso não compreendia de que serviria ‘a reconstrução de uma sociedade indígena do século XVI e XVII, que apenas iluminava um passado remoto?’ (Peirano, 1984, p. 46). Passava despercebido o fato de que para Florestan Fernandes os Tupinambá ‘eram o Brasil de 1500’ (Peirano, 1984, p. 37), certamente outro Brasil, no sentido apontado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (1999). Questionando as razões para a antropologia de Florestan Fernandes não ter ‘servido de inspiração’ para a antropologia brasileira da época a autora destacou a ‘grande diferença que existe no estudo de grupos indígenas quando se os concebe como situados no Brasil, ou quando se os compreende como parte do Brasil’ (Peirano, 1984, p. 36). Segundo a autora, enquanto a etnologia clássica representada pela obra de Florestan Fernandes toma as sociedades indígenas ‘como um todo e em seus próprios termos’, a etnologia do contato que se desenvolveu no país a partir de então estava interessada nos indígenas enquanto parte do Brasil” (Silveira; Hirano, 2020, p. 52).

antropológico” (Martins, 2020, p. 228). Não somente, o autor também foi influente em diversas áreas sociais (academia, educação, luta da sociedade civil contra a ditadura, política, democratização, legislação constitucionalista, entre outras). Com isso, podemos observar a ampla gama de contribuições dos estudos de Florestan Fernandes para as Ciências Sociais brasileiras, em especial, à Sociologia, sendo fundamental para a interpretação das dualidades e contradições¹¹ do Brasil.

Em termos de contextualização, é sabido que Florestan viveu ao mesmo tempo em que fatos históricos impactaram tanto o Brasil como o mundo. Especificamente na década de 1970, importantes acontecimentos como o início da campanha pró-Constituinte pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (1972), a reforma do judiciário (1974–1977), o quarto fechamento do Congresso pela ditadura militar (1977), a ruptura do acordo militar com os EUA (1977–1978) devido às violações de direitos humanos pela ditadura e a invasão e a ocupação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (1977) pela Polícia Militar, a instauração do Ato Complementar nº 104 (1977) — suspendendo a utilização das estações de rádio e televisão pelos partidos políticos — a criação do cargo de *senador biônico* por Geisel (1978) marcaram as críticas e o descontentamento em relação ao regime militar golpista por parte dos intelectuais latino-americanos, em específico os que se encontravam em exílio, como Florestan Fernandes (Fernandes, 1977; Folha de São Paulo, 2021).

Por outro lado, o cenário de repressão na ditadura se encaminhou para uma distensão, que ocorreu em 1979, com a promulgação da Lei de Anistia (Lei n. 6.683/1979), o que permitiu que Florestan retornasse ao Brasil (Brasil, 1979; Folha de São Paulo, 2021). A combinação desses fatores influenciou a publicação de *A revolução burguesa no Brasil* (1974) e *A Sociologia no Brasil* (1977), devido às experiências e às vivências de Florestan com a repressão e a perseguição na ditadura, com o exílio forçado e com as transformações sociais em curso no Brasil.

Sobre os direcionamentos de Florestan, é importante acentuar que o autor é um dos mais conhecidos e referenciados leitores/intérpretes da obra de Marx e Engels, sendo declaradamente um autor marxista desde o seu exílio no Canadá. Isso pode ser observado no prefácio e tradução de *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008) e nas coletâneas sobre Marx/Engels e Lenin, organizadas e publicadas na *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Além disso, pensadores marxistas como Lênin, Trotski e Gramsci, dos quais

¹¹ “No plano prático, o sociólogo precisa fazer uma ampla revisão. A sociedade brasileira, ao atingir a etapa da industrialização maciça, nega-lhes as perspectivas e as possibilidades do radicalismo democrático burguês” (Fernandes, 1977, p. 135). Dessa forma, Fernandes procura tensionar o conservadorismo e a permanência das estruturas escravagistas/coloniais, promovendo uma constante contradição entre o moderno e o tradicional no país, o que impede o pleno desenvolvimento, mantém a dependência no capitalismo e a permanência das desigualdades.

Fernandes era leitor, influenciaram suas concepções acadêmicas e sua militância, construindo progressivamente nele as convicções marxistas e socialistas. Contudo, como era típico de Fernandes, ele imprimiu originalidade em suas observações, sustentando uma visão independente e autônoma em sua concepção marxista (Freitag, 1996; Ianni, 1996; Rodrigues, 2009).

Nesse sentido, pontua Ianni (1996, p. 30. Adaptado.), em referência ao professor, que:

[...] É contínuo e crescente o diálogo com as obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Gramsci, entre outros. Esse diálogo revela-se desde a tradução de *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx, e a “Introdução” escrita para esse livro publicado em 1946. Continua, de modo cada vez mais amplo, em escritos, cursos, conferências, debates. Está presente nas reflexões sobre os problemas da indução na sociologia. Um momento importante do debate com Merton, em 1953, sobre o funcionalismo, está inspirado na segunda tese de Marx sobre Feuerbach: “A questão de saber se ao pensamento humano cabe a verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas uma questão prática”.

Contudo, cabe destacar que em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959) e em *A condição de sociólogo* (1978a), Florestan assume que os métodos clássicos de explicação sociológica possuem cada qual seu rigor científico e suas contribuições para os saberes sociológicos, a saber, o método funcionalista durkheimiano, o método compreensivo weberiano e o método dialético marxista, que podem ser combinados conforme as demandas e o contexto de interpretação social a ser analisada, sendo que ele mesmo promoveu esta combinação em algumas de suas acepções.

Isso posto, Fernandes traz questionamentos não só às teorias, mas também aos movimentos sociais, sindicatos e partidos, com a finalidade de que eles operem cientes da relação passado-presente, pautando as principais lutas desses movimentos dentro das sociedades brasileira e circunvizinhas. Ao repensar como o(a) intelectual conta a história, para quem a conta e de quais pressupostos parte, está propondo a desmistificação de um pensamento produzido pelas classes dominantes. Em relação à necessidade de uma formação teórica da militância via saberes e mediação sociológica, Ianni (1996, p. 33) destaca que, para Florestan, “[...] a sociologia brasileira adquire outra dimensão, alcança outro horizonte. É a partir desse horizonte que se torna possível re-voltar às raízes pretéritas, presentes; descortinar o futuro”.

A proposta é como Ianni (1996, p. 27) aponta: [...] “existir socialmente sempre significa, de um modo ou de outro, compartilhar de condições e situações, desenvolver atividades e reações, praticar ações e relações que são interdependentes e se influenciam reciprocamente”. Ou seja, para Fernandes, existir socialmente implica em relações factuais entre os indivíduos e destes com a sociedade, com o contexto vigente e com as demandas, atividades e a realidade social, pontos estes que são inter-relacionados. Isso denota,

inclusive, a ligação brasileira com a realidade da América Latina, sobretudo pelos eixos de dependência e condição de ex-colônia de exploração.

Outra marca de Florestan Fernandes (1977) foi a sua influência na consolidação da sociologia crítica brasileira. Ao fazer um diálogo com os clássicos, Fernandes promoveu a aplicação das teorias sociológicas clássicas nas análises das peculiaridades históricas, socioculturais, raciais, políticas e econômicas do Brasil e como elas se inter-relacionam, além de ir além e reinterpretar os clássicos e aplicar-lhes críticas contundentes com base na realidade brasileira e latino-americana. Para tanto, buscou compreender as contribuições da teoria e da História para as interpretações da realidade social, buscando projetar o futuro da sociedade e da área de Sociologia no Brasil, corroborando também com os avanços das investigações científicas da Sociologia Histórica e da Sociologia da Educação.

De acordo com Ianni (1996), Florestan Fernandes seria o criador da sociologia crítica brasileira, juntamente com um modelo de sociologia do confronto/militante no país. Esta abordagem crítica se refere, sobretudo, à ordem capitalista, visando transformar essa ordem, o que o leva também à sua atuação militante. Isto se evidencia em suas reflexões, na atuação como docente, conferencista e nos debates públicos que promoveu. Sobre essa perspectiva, Ianni (1996, p. 26-27) advoga que:

Ao submeter o real e o pensado à reflexão crítica, descortina as diversidades, desigualdades e antagonismos, apanhando as diferentes perspectivas dos grupos e classes compreendidos pela situação. Nesse percurso, resgata o movimento do real e do pensado a partir dos grupos e classes que compõem a maioria do povo. São índios, negros, imigrantes, escravos e livres, trabalhadores da cidade e do campo que reaparecem no movimento da história.

Em contraposição à perspectiva de Otávio Ianni, José de Souza Martins acentua que Fernandes, embora tenha utilizado plenamente a perspectiva brasileira da sociologia crítica em suas produções e imprimindo a ela sua marca, não foi seu criador. Para Martins (2020), em entrevista a Cláudia Costa (2020, p. 01):

“No Brasil difundiu-se a equivocada concepção de que a sociologia crítica é a sociologia do contra, a sociologia da contestação, a ‘sociologia militante’, uma sociologia ‘de esquerda’, explica Martins. “E atribui-se a Florestan a suposta virtude de ter feito isso com a sociologia, justamente o que a sociologia não é. Ele era um cientista, não um panfletário”, observa. No entanto, como diz o professor, há correntes na teoria sociológica, difundidas em diferentes sociedades, conhecidas como sociologia crítica. “Ainda que por diferentes caminhos, há diferentes orientações de sociologia crítica, que, no meu modo de ver, são variantes da sociologia do conhecimento. Uma sociologia que nos remete, no caso de Florestan, à obra de Karl Mannheim, que ele conhecia bem”, exemplifica.

Sendo ou não seu criador, sua sociologia crítica foi importante para a construção de sua visão sobre a autonomia intelectual do(a) sociólogo(a) frente à ética científica e ao adestramento pela ordem conservadora. Nisso, assume-se que o engajamento político direcionado pela perspectiva teórica, em conexão com as experiências vivenciadas, são pontos fundamentais para uma percepção analítica da realidade. Em reafirmação a isso,

Fernandes nos diz o seguinte: “eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e a socialização pré e extraescolar que recebi, através de duras lições da vida” (Fernandes, 1994, p. 123).

Em complemento, Cohn (2005, p. 248) enfatiza que Florestan Fernandes (1973) se preocupava com o processo de desenvolvimento como problema nacional, no qual é necessário “compreender objetivamente por que um país colonial se converte numa nação dependente”. Partindo dessa premissa, Fernandes (1972 citado por Cohn, 2005, p. 248. Editado.) aponta que “é essencial a tensão entre as tendências objetivas no sentido da plena realização de um determinado tipo de ordem social (burguesa, competitiva, capitalista no caso brasileiro) e os obstáculos de caráter histórico e estrutural que se antepõe a isso”. Dessa forma, é nesta tensão que residem as forças sociais em disputa pelo controle dos processos que determinam as características das sociedades, o que pode claramente ser observado nos pontos que aproximam as sociedades no contexto latino-americano.

Além disso, Fernandes foi importante formulador da crítica científica ao mito da democracia racial, observando os limites da integração social da população negra¹² após a abolição da escravidão até o processo de consolidação do capitalismo dependente brasileiro. Destaca, dessa forma, uma interseccionalidade entre as questões de classe e raça, atrelando as questões da desigualdade, pobreza, violência e exclusão social à sua discussão e problematizando a ideia de *cordialidade* e *espetáculo das raças* de Gilberto Freyre (Fernandes, 1978b; 1987).

Essa reflexão é expressa em sua obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1978b). Nesta, o autor analisou como o racismo afetava a mobilidade social dos negros no Brasil, perpetuando, assim, a subalternização desse grupo, em uma relação de poder marcada e herdada do período escravocrata. Este trabalho não fornece apenas uma base para a averiguação das relações raciais no Brasil. Aqui é possível constatar as influências da Antropologia em suas observações, tida como ferramenta de crítica e transformação social, à

¹² “[...] A condução do processo de afirmação da democracia política, racial e social no Brasil só poderia partir dos elementos que estivessem situados no ponto mais frágil da ordem social competitiva, ou seja, daqueles que sofriam (e sofrem) as perversas conseqüências de suas contradições. Esse é o momento no qual Florestan Fernandes vislumbra a possibilidade do povo emergir na história como sujeito, pois a democracia brasileira só poderia deixar de ser um simulacro pela ação das classes subalternas. Em outras palavras, as contradições presentes na sociedade de classes brasileira levariam o povo, em particular o elemento ‘negro’, a ser o sujeito de uma revolução social que conferisse, de uma vez por todas, as bases reais para o cumprimento do estatuto político-jurídico republicano e democrático (Fernandes, 1978, v.2, p.7-9). Devido a sua posição ambígua na sociedade de classes, o povo brasileiro seria, portanto, o sujeito que poderia conduzir a revolução burguesa ao seu desfecho, uma vez que desse processo dependeria a sua participação na esfera dos direitos previstos pelo estatuto legal. Nesse âmbito, a democracia seria não só possível, mas também necessária. Ao estudar o drama do ‘negro’ na sociedade de classes, o autor explora uma via de revolução burguesa e a apresenta como alternativa para a consolidação do capitalismo no Brasil” (Souza, 2007, p. 91).

medida que, a partir dela, é possível entender como a reprodução do racismo se tornou geracional, posto que se mostrou como uma ferida colonial e, portanto, parte da estrutura social das nações latino-americanas, em especial, do Brasil (Almeida, 2020).

Em relação a isso, Florestan (1972) acrescenta, a partir de seu livro *O negro no mundo dos brancos*, uma crítica aos modelos de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, que originaram o mito de democracia racial e da cordialidade nas relações étnico-raciais no Brasil, assumindo que é errôneo assumirmos que a sociedade brasileira erigiu como produto da interação convergente entre brancos, negros e indígenas, que originou o processo de mestiçagem, posto que severos e violentos conflitos étnico-raciais, sociais e civilizacionais se estabeleceram justamente pela relação desigual entre as *três raças originárias*. Este debate merece uma discussão própria, já que é extenso e frutífero, percorrendo diversas obras do autor, não sendo este o objetivo desta pesquisa (Liedke Filho, 2005; Silveira; Hirano, 2020).

Em relação às críticas gerais a Florestan Fernandes, destaca-se que é inegável a influência da USP no autor, haja vista que ele não só fez sua formação ali como desenvolveu seu principal vínculo institucional com a mesma universidade. Algumas críticas feitas ao autor são justamente que ele carrega parte do normativismo da sociologia uspiana¹³ em suas interpretações, pelas influências durkheimianas trazidas pelas missões francesas à abordagem científica da instituição, o que demonstraria certo apego de Fernandes aos clássicos da Sociologia, sobretudo Marx. Além disso, parte das críticas recaem no enfoque da proeminência da realidade paulista¹⁴ como modelo de projeção da modernidade no Brasil,

¹³ “A unanimidade desse reconhecimento oculta divergências, contudo. No quadro composto pelos temas suscitados por tal percurso, a concordância quanto a sua incontestável relevância está na base da divergência no que se refere ao perfil intelectual que ela representa - o tema consiste mesmo no ponto centrípeto da discussão travada entre seus comentadores. Atravessados pela problemática da inserção institucional e do modelo intelectual promovido por tal vínculo; pela dramática experiência de aposentadoria compulsória, e seus desdobramentos; pelas áreas de estudo com as quais contribuiu; pelas diversas tradições de pensamento com as quais dialogou - os epítetos que batizam Florestan Fernandes não se esgotam: É um mestre perturbador, para Paulo H. Martinez; um educador engajado, para Afrânio Catani; um publicista revolucionário, para Paulo Silveira; um militante incansável, para Antonio Candido, que, com Carlos Guilherme Mota, Miriam Limoeiro Cardoso, e outros, não titubeiam em denominá-lo: marxista — convicção ainda mais inequívoca nas palavras de Aziz Ab’Saber, ao assegurar que Florestan foi mais intelectual orgânico que o próprio Gramsci, assertiva sustentada em homenagem prestada por ocasião do término de seu segundo mandato [...]” (Rodrigues, 2009, p. 326).

¹⁴ “Presença de uma clivagem regional, na qual São Paulo aparece como o terreno mais propício às inovações; relacionamento entre desenvolvimento da Sociologia e processos urbanizadores; ênfase na ruptura entre este tipo de conhecimento e os saberes tradicionais; conexões entre os novos cursos e uma cultura de classe média; relação entre trabalho acadêmico e sofisticação metodológica. São esses os elementos principais do discurso paulista sobre a história da Sociologia no país” (Guedes, 2007, p. 31). Isso, contudo, rendeu uma série de críticas e contestações aos autores ligados à Sociologia uspiana, considerada elitista e regionalmente excludente, fomentando, assim, novos debates sobre as concepções sociológicas nacionais, para além do eixo Rio–São Paulo.

apresentando uma percepção dúbia sobre as potencialidades de modernização de outras regiões (Guedes, 2007).

Contudo, é necessário destacar que um dos pontos marcantes de Florestan e que seguirá tanto em sua prática acadêmica como na militância política é que o autor, como o próprio apresenta em suas entrevistas, partiu, antes de mais nada, das vivências e de sua origem nas camadas populares, o que lhe permitiu vislumbrar de perto os efeitos da modernização e do desenvolvimento socioeconômico (revolução burguesa) no Brasil, em um contexto de industrialização e urbanização acelerada e acirramento das contradições e problemas sociais, sobretudo a partir das décadas de 1930 e 1940, o que o colocou na posição de crítico do elitismo paulista. Também é preciso pontuar que, embora associado à Sociologia uspiana, o que por vezes causava certo desconforto em Fernandes frente aos seus interlocutores, ele foi consideravelmente além dela, o que é endossado por sua experiência em outras instituições nacionais e internacionais, que vão além da academia. Fora isso, há que se frisar que Florestan procurou adaptar os ensinamentos contidos nos clássicos europeus, aplicando-os à realidade brasileira e latino-americana, inovando e ampliando as concepções e as interpretações contidas nas acepções outrora centradas na Europa, sobretudo a concepção revolucionária marxista (Fernandes, 1977; 1987; 1994; Ianni, 1996).

Além disso, Florestan utilizava São Paulo como um *caso extremo* do desenvolvimento capitalista nacional, mas a usava como referência tendo em conta a importância de se perceber as especificidades de outras realidades regionais, dado que o autor era adepto da pesquisa sociológica comparada, foco de sua preocupação.

Há ainda que se recordar que Fernandes se tornou conhecido pelo contínuo questionamento da realidade social brasileira e das teorias e abordagens nacionais e internacionais que procuravam explicar as questões sociais locais, procurando ir além das reflexões já realizadas, através de técnicas científicas e análise crítica substanciada. Este diálogo crítico foi o norte para suas tratativas sobre os movimentos e as lutas populares presentes e organizados na sociedade brasileira.

Conforme Roberto Cardoso de Oliveira (1996, p. 68), também não devemos nos esquecer que há em Fernandes um “horizonte antropológico, presente pelo menos em seu período de vida acadêmica”, que influenciou tanto suas investigações como a própria formação da Antropologia Social como disciplina e área do saber no Brasil.

Para compreendermos com completude os pressupostos de Fernandes, é preciso entender que o autor estava constantemente revisando seus trabalhos, em diálogo com seus pares, assim como as obras do autor se somam para complementar sua visão científica das Ciências Sociais, sendo este conjunto de obras consideravelmente vasto. Dessa forma, a discussão sobre a estruturação da Sociologia no Brasil e do papel dos(as) sociólogos(as) nas

discussões e na atuação para a transformação social são temas cumulativos no conjunto de sua obra.

Dadas as reflexões apresentadas, é possível afirmar que Florestan Fernandes forjou uma reflexão que refletiu em todas as áreas da pesquisa sociológica como as searas da pesquisa, da teoria social/sociológica e da metodologia das Ciências Sociais, tornando-se central na Sociologia brasileira e o grande nome da Escola Paulista de Sociologia.

Feitas tais considerações, prosseguiremos, então, para a reflexão em torno da obra sociológica de Fernandes, objetivando compreender a visão do autor sobre o papel do(a) cientista social nas reflexões e na construção da sociedade brasileira, assim como os seus dilemas.

CONTRIBUIÇÕES DE FLORESTAN FERNANDES PARA A SOCIOLOGIA BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA

Nos estudos das Ciências Sociais, a Antropologia foi encarregada de estabelecer uma nova práxis analítica com base étnica, enquanto a Sociologia foi chamada a interpretar a nova realidade dos conflitos sociais dentro do contexto social e político vigente, algo compartilhado com a Ciência Política (Martins, 2020).

Em abertura à discussão, cabe ressaltar que Florestan Fernandes intercala sua vivência com a questão teórica, a profissionalização das Ciências Sociais, a realidade sociológica brasileira e o contexto de ditadura militar. Fora isto, o autor também apresenta certos traços polemistas, o que se reflete no modelo de Sociologia que propõe.

No contexto brasileiro, tendo retornado ao Brasil após seu exílio, põe-se como crítico à cooptação da Sociologia pelo institucionalismo estatal, colocando em discussão a profissionalização da área. Essas reflexões somam as vivências do esfacelamento do *milagre econômico brasileiro*, o enrijecimento do regime militar, o acirramento das disputas/lutas entre classes e a acentuação do empobrecimento e das desigualdades sociais, além de perceber a questão tanto da inserção subalternizada das pessoas negras e indígenas (não brancas) na sociedade de classes, assim como a consolidação da industrialização maciça nacional, expansão da urbanização, inserção periférica do Brasil e América Latina no capitalismo global (de forma dependente), o conservadorismo social, político e intelectual da sociedade brasileira (que culminou na ditadura militar), entre outros aspectos (Fernandes, 1977). Dessa forma, as categorias analíticas, a concepção e a crítica de Florestan presentes em suas obras são bastante vastas, sendo este apenas um apanhado de questões relevantes levantadas por ele.

Um dos exemplos que ilustram esse esforço analítico foi a publicação do livro *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e de seu desenvolvimento*, originalmente publicado em 1977 (a segunda edição foi lançada em 1980). É possível inferir

que esta obra, que é uma coletânea de textos já publicados e outros textos originais, se propõe-se a instigar as discussões e questionamentos entre os(a)/as sociólogos(as) frente aos dilemas da institucionalização e da profissionalização da Sociologia no país, perpassando questões éticas, políticas, profissionais, institucionais, militantes e de outras ordens. Fernandes (1977, p. 7) define esta obra da seguinte forma:

<<A Sociologia no Brasil>> não é um livro orgânico e, tampouco, uma história completa do pensamento sociológico no Brasil. Ele constitui uma coleção de ensaios, escritos em momentos diversos, nos quais procuro seja contar uma parte dessa história, seja principalmente dizer como o sociólogo brasileiro deve <<praticar o seu ofício>>. A este respeito, caminhando na mesma rota, tanto falo de uma sociologia científica enquadrada institucionalmente pela ordem social existente, quanto de outra, que rompe essas barreiras para colocar a investigação sociológica na órbita da negação e da desagregação desta ordem. [...] Portanto, se esta obra não contiver outra contribuição positiva, só isto justificaria o esforço exigido por sua leitura. Pois ela mostra como a sociologia, na periferia do mundo capitalista, brota da situação histórica de existência social.

Por mais que isso aparente ter certa carga normativa e pessimismo em relação ao processo de institucionalização do campo sociológico brasileiro, na verdade, derivado das experiências e vivências acumuladas do autor e de sua abordagem política, militante e acadêmica sobre a área das Ciências Sociais, Fernandes (1977) procura, de certa forma, discutir a possibilidade de se subverter a ordem em vigor, devido a seu caráter conservador, reacionário, antirrevolucionário, desigual e excludente e, dessa maneira, estabelecer uma perspectiva de revolução democrática no Brasil rumo ao socialismo¹⁵, na qual, em sua compreensão, a atuação sociológica é fundamental. Nessa mesma parte, o autor também questiona o impacto dos severos conflitos de classe nas construções sociológicas, que ocorrem dentro da ordem vigente.

A obra está dividida em duas partes. A primeira denominada *Os quadros de formação* e a segunda *Os quadros de ruptura*, sendo a última o foco desta análise. A primeira parte da obra está dividida em seis capítulos. Nela, Fernandes faz, de forma geral, uma ponderação acerca do desenvolvimento histórico da Sociologia no Brasil, desde seus primórdios até o momento presente. Procura descrever os primeiros esforços para a criação de um campo sociológico no país, que se deram no final do século XIX e início do século XX. Nessa época, a Sociologia era vista como uma ciência auxiliar da História e do Direito e era praticada por poucos pensadores que haviam estudado no exterior. Em seguida, o pesquisador analisa a formação dos quadros intelectuais da Sociologia brasileira, que se deu em grande parte graças à atuação de professores estrangeiros que vieram ao país para lecionar nas universidades. Esses professores, em sua maioria europeus e estadunidenses, trouxeram

¹⁵ Entretanto, Florestan (1978; 1980) reconhece que não existia no Brasil um movimento socialista robusto o suficiente para alimentar e apoiar a parcela socialista dos(as) intelectuais do país e, conseqüentemente, isso comprometeu a atuação engajada destes(as) na revolução burguesa e na formação da sociedade de classes, em um contexto de consolidação de um novo tipo de capitalismo no país, de caráter periférico, dependente e subdesenvolvido.

consigo as teorias e os métodos mais difundidos da Sociologia e ajudaram a formar uma geração de estudantes e pesquisadores que se dedicaram ao estudo da sociedade brasileira, o que se refletiu na tradição uspiana (Fernandes, 1977).

Nesta obra, Fernandes também tece críticas aos escritos da fase do ensaísmo social brasileiro, advogando que as interpretações da realidade brasileira presentes nos ensaios pendiam a uma historiografia sociográfica que carecia de estatuto científico, pois se utilizavam de levantamento de dados incompletos, pesquisas exploratórias puramente descritivas, observações enviesadas da conjuntura e do tecido social e projeções subjetivas (parte delas de classe) nos resultados e nas análises obtidas por eles (Fernandes, 1977; Guedes, 2007).

Sequenciando, Fernandes (1997) discute o papel das universidades e das instituições de pesquisa na formação da Sociologia nacional e destaca a importância dos movimentos sociais e das lutas políticas na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento da sociologia crítica no Brasil, analisando também as principais correntes teóricas que influenciaram as ciências sociais brasileiras ao longo do tempo, como o positivismo, o marxismo, o estruturalismo e o funcionalismo. Ao final da primeira parte do livro, o autor faz uma reflexão sobre os desafios que a Sociologia brasileira ainda enfrenta, como a falta de recursos financeiros e infraestrutura adequada para a prática da pesquisa, bem como a necessidade de uma maior integração entre as produções sociológicas e as demandas da sociedade brasileira.

Já a segunda parte do livro, também dividida em seis capítulos, enfoca a relação entre sociologia, política e sociedade no Brasil, perpassando ainda a história e a economia nacional. Esta seção do livro está particularmente preocupada com as maneiras pelas quais os sociólogos se envolveram com questões político-econômicas e as maneiras pelas quais a estruturação social, os padrões de desenvolvimento econômico e a política moldaram o estabelecimento da Sociologia no país, o que ocorre desde o início do século XX. Fernandes (1977) observa que muitos(as) sociólogos(as) brasileiros(as) estiveram ativamente envolvidos em movimentos sociais e ativismo político, e que esse engajamento teve um impacto significativo no desenvolvimento da Sociologia no país. Também aponta que a ditadura militar, que governava o Brasil desde 1964, teve um impacto significativo na disciplina, com muitos sociólogos sendo perseguidos ou forçados ao exílio.

Nesta seção do livro, Fernandes (1977) trata das maneiras pelas quais a Sociologia tem sido usada para abordar as complexas questões sociais no Brasil. O autor visualiza que os sociólogos têm desempenhado um papel importante no estudo e na defesa dos direitos de grupos marginalizados, como trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e indígenas e que estes(as) estudiosos(as) têm sido fundamentais na concepção crítica das estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam a desigualdade na sociedade brasileira.

Como é dito pelo autor, os três primeiros capítulos da segunda parte foram dedicados maiores esforços explicativos, pois estes encarnam sua idealização no momento sobre as práticas sociológicas fundamentais e a necessidade de problematização das disparidades brasileiras. Em suas palavras:

Se o pensamento científico nos obriga a quebrar o conformismo, era meu dever sugerir como o sociólogo que se liberta da coação externa contrapõe a explicação sociológica às expectativas conservadoras, calcadas na <<segurança da ordem>>, na <<estabilidade política>> e na <<aceleração do desenvolvimento econômico>>. Em uma era de crise de civilização, as escolhas extremas se voltam ou para as funções contra-revolucionárias ou para as funções revolucionárias que o uso das ciências sociais pode assumir na história em processo. Fiquei, naturalmente, do último lado, movido pela esperança de que, assim, ajudaria a colocar o pensamento sociológico na vanguarda das forças sociais que lutam por uma revolução democrática no Brasil (Fernandes, 1977, p. 8).

Com esta obra, Fernandes avança e atualiza o debate sobre a Sociologia e as Ciências Sociais ao qual era contemporâneo, já iniciado em publicações como *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1959), *As Ciências Sociais na América Latina* (1965), entre outras.

Destas, *As Ciências Sociais na América Latina* merece destaque, pois Fernandes (1965) discute como se deu o desenvolvimento da cultura científica brasileira, a partir da correspondência entre pensar e agir. Na obra, o autor identifica dois dilemas para o desenvolvimento da cultura científica do país, sendo eles a falta de compatibilidade do modelo social vigente com o avanço do pensamento racional e a resistência cultural face a uma nova concepção científica de mundo. Ao mesmo tempo, o autor identifica dois dilemas para o desenvolvimento da cultura científica do país, sintetizada por Fetz e Defacci (2021, p. 239–240) da seguinte forma:

Para ele, dois foram os obstáculos à gestação da cultura científica no Brasil: i) a incompatibilidade da ordem patrimonial com a livre exploração do pensamento racional; ii) a resistência cultural frente a uma nascente concepção científica de mundo. Conforme destaca Fernandes, o cientista “teria de trabalhar as instituições sociais herdadas ou de contribuir para o aparecimento de outras novas, forjando, assim, os suportes institucionais da ciência, da tecnologia científica e da educação formada em ambas” (Fernandes, 1965: 118). Este quadro analítico será a pauta fundamental da sociologia da ciência fernandiana, sobretudo no que se refere a uma concepção emancipatória da ciência, do ponto de vista político-social, e sistemática, do ponto de vista da justificação interna do conhecimento. Os dois obstáculos apontados enfraqueceriam a tomada de consciência epistemológica daqueles dedicados aos afazeres científicos, bem como interfeririam negativamente no enraizamento da racionalidade científica em um país de capitalismo periférico. Disso emerge a fidelidade manifesta: a contradição entre uma condição humana, condicionada pelo espírito de uma época e o pensamento científico, nascido em uma sociedade pouco receptiva à difusão da ciência e à incorporação dos valores racionais da forma de vida científica. No Brasil, Fernandes destaca a existência de um estilo de pensamento científico condicionado pela ordem patrimonial e pelos interesses sociais, políticos e econômicos dos grupos sociais historicamente privilegiados. As ideias de “função social” e “papel social” dos cientistas estariam articuladas entre si.

A partir desta abordagem, é possível inferir que o peso do passado no estabelecimento da Sociologia brasileira permaneceu e permanece devido a este patrimonialismo e à resistência cultural das elites dirigentes às mudanças sociais e, por consequência, à ciência e à democracia. Isto serviu e serve aos interesses destes grupos privilegiados, mas também permite a contestação racional desta ordem, postas às condições de desigualdade, exclusão e de um capitalismo periférico dependente — voltado ao desenvolvimento econômico, concentração de riquezas e domínio destas classes mais abastadas da sociedade sobre as instituições e estruturas. Esta realidade insiste em permanecer como modelo social, afetando as práticas científicas e a demanda a atuação sociológica no combate a este processo e para a conscientização popular, através da educação.

Isso complementa sua explanação em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, no qual assume que a Sociologia ainda se encontrava como uma ciência em consolidação, sendo necessária a promoção de pesquisas empíricas robustas, visando se solidificar como área do saber. Dessa forma, fazia-se necessário procurar por formas de se realizar análises mais substanciais e generalizações confiáveis (Fernandes, 1959). Fernandes questiona o fato de os(as) sociólogos(as) não possuírem laboratórios, ao contrário das *ciências duras*, que permitem a investigação experimental de seus objetos. É perceptível em Fernandes (1977, p. 179) uma problematização da subjetividade, pois, segundo o autor, “[...] o sociólogo está sujeito às normas e aos critérios experimentais do saber científico, mas eles não dispõem dos meios e das facilidades experimentais de descoberta e de verificação da verdade”, ao passo que sua condição humana fica evidente quando da interpretação da vida social. Devemos considerar também que “as normas e os critérios científico-experimentais de verdade e verificação da verdade põem o sociólogo em relação de tensão com a sociedade” (Fernandes, 1977, p. 179) e, ao alcançar as dimensões da explicação sociológica, é função desses agentes identificar e expurgar os componentes ideológicos e utopias que ocultam, deturpam e falseiam a natureza e/ou o sentido dos objetos de verificação.

Ademais, Fernandes (1977) constata que há também no Brasil a dependência de teorias gerais sobre períodos de transição social formuladas nos grandes centros de pesquisa internacionais, que localizam-se principalmente nas nações desenvolvidas centrais. Além disso, podemos afirmar que os autores das Ciências Sociais na América Latina ainda pouco dialogam entre si, sobretudo pelo padrão atual da academia, ainda marcado pela colonialidade do saber, que privilegia os saberes produzidos no norte global (Quijano, 2005). Porém, ao mesmo tempo que existem esses entraves à autonomia da Sociologia nacional, Fernandes constata as possibilidades de aplicação criativa aos casos locais visando a interpretação das repercussões regionais da crise do capitalismo industrial, por uma ótica e concepção periférica, exercitando a imaginação sociológica (Fernandes, 1977). É a partir dos

pressupostos da obra de Fernandes (1977) que Patrícia Souza (2007, p. 87) faz alguns apontamentos:

Dessa constatação emerge a obsessão do sociólogo com rigor científico, com a técnica, com a teoria e com o método, bem como a ênfase na institucionalização das ciências sociais e no estabelecimento de um campo científico autônomo como requisitos indispensáveis à elaboração do saber sociológico (FERNANDES,1977). É preciso não esquecer-se, entretanto, que por trás dessa ênfase à pesquisa empírica, à elaboração teórica, à institucionalização e à profissionalização da atividade científica há uma aposta na capacidade da ciência em projetar o futuro, em reconstruir as bases da vida humana; ela seria, portanto, um fator de desenvolvimento social.

Ou seja, Fernandes (1977), ao frisar a questão científica das Ciências Sociais, pensa, sobretudo, em formas de emancipação social e revolução através da democratização dos saberes para o combate às desigualdades sociais e às estruturas excludentes em vigor no Brasil e na América Latina desde a colonização, na qual os(as) sociólogos(as) têm papel fundamental. Entretanto, ele reconhece os entraves do financiamento da pesquisa no Brasil, principalmente a questão da profissionalização da área e da dedicação exclusiva a esta função. A partir disso, destaca o papel do(a) sociólogo(a) na modernização autônoma e na revolução social, ou seja, este(a) profissional é fundamental nos processos de emancipação humana e no desenvolvimento social e deve permanecer autônomo (não se tornando um mero *funcionário* do pensamento reacionário, cedendo à opressão da institucionalidade e da ordem), partindo de sua práxis crítica e militante. O autor questiona ainda a percepção sociológica com base no determinismo evolucionista e no historicismo difusionista, pois estes tendem a engessar as concepções históricas e sociais (Fernandes, 1977).

No texto, Fernandes (1977) trabalha com a ideia de que a burguesia da época enfrentava uma crise civilizacional de suas perspectivas e ideologias. Esta crise se dá pelo aparecimento das experiências socialistas concretas, que apontaram alternativas rumo a novos padrões civilizacionais. Além disso, no Brasil, a sociedade civil (em especial as camadas da classe média) foi, de certa forma, traída pelos militares aos quais ajudou a colocar no poder e, em decorrência desse pacto, as alas intelectuais, artísticas, dos movimentos sociais e demais áreas social-democratas e opositoras do regime passaram a ser perseguidas.

Sobre a crise civilizacional, Fernandes (1977) pontua que as sociedades contemporâneas estão passando por uma profunda crise de valores, instituições e estruturas sociais, como resultado da rápida transformação e globalização da sociedade, que levou à perda dos valores culturais e morais tradicionais, à fragmentação das relações sociais e ao surgimento de novas formas de dominação e exploração. O autor argumenta que essa crise tem um impacto profundo em todos os aspectos da vida social, da economia à política, da família à educação, estendendo-se por outras áreas. Fernandes (1977) infere que a crise civilizacional é particularmente evidente no mundo em desenvolvimento, onde as pressões da modernização e da globalização são sentidas de forma mais aguda, ou seja, sua análise

trata da sociedade industrial. Ao mesmo tempo, interpreta esse processo como uma oportunidade para movimentos sociais e forças progressistas lutarem por uma sociedade mais justa e equitativa, baseada nos princípios de democracia e dignidade humana. Nesse quesito, a ciência, a tecnologia científica e a imaginação sociológica têm muito a contribuir com as perspectivas transformadoras da realidade social, alterando a relação dos seres humanos com o mundo e com os processos sociais.

Isso nos leva à compreensão de que o(a) profissional de Sociologia é levado(a) pela circunstância e por seu papel social a enfrentar os processos de violência, dominação, as estruturas e os sistemas sociais excludentes/desiguais. Além disso, Fernandes questiona a relevância de temas de pouca relevância que as *pressões deformadoras* - isto é, as pressões exteriores das nações ricas sobre a periferia e dos interesses do capital e das elites globais — têm engendrado para desviar o foco das pautas socialmente mais urgentes e se apropriar/esterilizar a imaginação sociológica com a inserção de temas e discussões vazias. O autor ressalta ainda a importância em restaurar as ligações das investigações históricas e sociológicas frente aos processos revolucionários, que visam reconstruir “as bases materiais e morais da civilização fundada na ciência e na tecnologia científica” (Fernandes, 1977, p. 131).

Em sua obra, Fernandes (1977, p. 127) critica a contradição burguesa frente às Ciências Sociais: elas, em especial a Sociologia, foram fundamentais no momento de sua consolidação via revolucionária, mas no momento que seria de contrarrevolução, prescindiram da “imaginação criadora dos cientistas sociais”, abraçando as ferramentas de manutenção da ordem, sobretudo a violência institucional. Os parâmetros expostos por Fernandes (1977) para o desenvolvimento brasileiro e para a revolução civilizacional passam pela mudança estrutural que levaria ao fim do monopólio do exercício do poder, do controle social e da concentração de privilégios por grupos conservadores e arcaicos, restando aos grupos progressistas optar pela inserção autônoma e avançada do Brasil nas cadeias de amplo desenvolvimento e de bem-estar social alcançadas pelas nações desenvolvidas, na qual a educação e a ciência deveriam ser pontos centrais.

Contudo, de acordo com Souza (2007, p. 92) devido às inconsistências da história e da sociedade brasileira, “o poder conservador exercido pela elite brasileira foi concebido como o grande impasse histórico que sempre impediu o Brasil de se desenvolver de forma autossustentada e de superar as contradições impressas em sua sociedade de classes”, o que foi representado nas forças contra revolucionárias que estabeleceram a ditadura empresarial-militar, em contraposição aos avanços na democratização em curso, reafirmando as formas de organização social ultrapassadas que deveriam entrar em declínio por representarem aspectos obsoletos (feudais)¹⁶ que limitavam as mudanças sociais e a

¹⁶ “Se, antes, as contradições da sociedade de classes haviam imprimido à democracia brasileira o caráter de um dilema permeado pela resistência conservadora às mudanças sociais, agora, o quadro

participação popular no exercício e nas estruturas de poder e, dessa forma, mantendo os privilégios da alta sociedade. Em outras palavras, a luta de classes é um fundamento adotado por Fernandes (1977) para interpretar a história, o processo de desenvolvimento e as estruturas sociais brasileiras, o que envolve a mobilização dos saberes sociológicos e dos(as) sociólogos(as). Este, de certa forma, pode ser lido como o padrão latino-americano.

A respeito disso, Florestan Fernandes (1980) denominou, em sua obra *A natureza sociológica da Sociologia*, como contaminação burguesa, que surge a partir do surgimento da ciência sob a égide do capitalismo industrial e, no Brasil, se associa ao desenvolvimentismo e à modernização social via revolução burguesa conservadora. A sociedade formada a partir daí colocou a ciência em uma posição de instrumento e fortalecimento da ordem vigente, que favorecia as classes dominantes (burguesia nacional), em detrimento das necessidades e dos problemas sociais que acompanharam esse processo. Esse processo se deu de forma intensa, conservadora, repressiva e violenta, uma vez que os movimentos sociais e as demandas populares ameaçaram o domínio que os grupos abastados exerciam sobre a população.

Com isso, Fernandes (ano) destaca que os elementos revolucionários encampados pela ciência e tecnologia foram podados e/ou neutralizados em acordo com os desígnios dos grupos detentores do poder econômico, que passaram a os utilizar conforme valores e interesses de classe, o que destoava dos princípios que deveriam guiar quem atua com as áreas científicas e tecnológicas, determinando ainda o processo de organização social e a dinâmica política na sociedade de classes em formação, no âmbito da consolidação do capitalismo periférico e dependente no Brasil e na América Latina (Fernandes, 1980).

Em alusão a isto, Miriam Limoeiro-Cardoso assume que:

A contaminação burguesa visível ou invisível do pensamento racional intrínseco à ciência e à tecnologia científica opera nesse plano irremediável... A ciência e a tecnologia científica convertem-se em servas de um sistema de dominação e de poder, a tal ponto que elas realizam, dentro e sob o capitalismo, essa dominação e esse poder.” (F. Fernandes, *A Natureza Sociológica da Sociologia*, 24). Há nesse pensamento uma clara oposição entre a racionalidade histórica da burguesia (que se transforma de acordo com os momentos históricos que a própria burguesia constrói quando conquista revolucionariamente o poder e depois quando o consolida e se torna classe dominante) e a racionalidade tida como intrínseca à atividade científica (que é facilitada ou é cerceada em cada um daqueles tempos históricos distintos) (Limoeiro-Cardoso, 1994, p. 17).

Fernandes (1977) pressupõe que os(as) estudiosos(as) da Sociologia têm a obrigação de usar suas habilidades e seus conhecimentos para apoiar o ativismo social e político e fornecer análises críticas das estruturas que perpetuavam a desigualdade, usando suas ferramentas analíticas para contribuir com o desenvolvimento de sociedades mais justas e equitativas. Levando em conta o período de repressão vivenciado por Florestan (1977),

seria mais complexo, pois a reação conservadora mostraria, com o golpe militar, a sua pretensão: manter de todas as formas possíveis o seu padrão de dominação (assentado em uma referência estamental)” (Souza, 2007, p. 92).

este assevera que a pesquisa sociológica poderia desempenhar um papel importante no processo de democratização brasileira (assumiu que nunca antes houvera, de fato, uma democracia no Brasil), ajudando a enfrentar as disparidades socioeconômicas e institucionais que ameaçam a estabilidade do sistema democrático, além das alas sociais conservadoras.

Assim, Fernandes (1977; 1980) procura pensar em uma concepção que vá além das teorias gerais dos sistemas sociais e/ou mobilizar os(as) sociólogos(as) a pensarem seus aspectos profissionais e civis, frente à crise do capitalismo burguês e às demandas por transformação social/civilizacional. Para o autor, ao se abrir para a explicação científica (calcada no preceito de verdade) da crise civilizacional da sociedade industrial e da perspectiva de mudanças sociais em gestação, “a sociologia passa a alimentar o comportamento das classes inconformistas, os seus antagonismos contra a ordem existente e o alcance de sua atividade revolucionária” (Fernandes, 1977, p. 131–132). Em relação a isso, Florestan (1980) considera que a Sociologia já nasceu estilhaçada¹⁷, devido às contradições da sociedade burguesa de classe (que também possui essa fragmentação) e que esta área do saber reflete, portanto, os antagonismos das civilizações capitalistas, que propiciaram o surgimento de dilemas sociais complexos e conflitantes. As divisões teóricas e metodológicas na seara sociológica surgiram, assim, desse estilhaçamento objetivo da realidade social presente no sistema de classes capitalista (Limoeiro-Cardoso, 1994).

Dadas essas divisões teóricas, Florestan (1977, p. 173) afirma que:

Antes que o <<jovem Marx>> entrasse na moda, eu me vi trabalhando seriamente sobre seus textos e tentando descobrir o que sua orientação explicativa representava para a Sociologia. Foi assim que cheguei à conclusão de que não se pode somar os contrários, conciliando Marx e Durkheim (como pretendia Cuvillier) ou Marx e Max Weber (como sustentava Freyer). Conclusão que teria importância capital para mim e que seria o alicerce sobre o qual iria construir o que há de original na minha versão do que são a Sociologia, as suas divisões, os seus métodos e problemas.

Sobre o estilhaçamento, Limoeiro-Cardoso (1994, p. 19) aduz que Florestan Fernandes passou a questionar as divisões teórico-metodológicas e as múltiplas tendências presentes na Sociologia, procurando estabelecer uma relação entre elas (nem sempre convergente, mas possivelmente complementar). Isso posto, permite-nos compreender que Fernandes entendeu que a questão do estilhaçamento/divisão social e sociológico é algo típico da sociedade de classes do capitalismo burguês e que a unificação teórico-metodológica das interpretações do campo não é possível sem que antes haja uma desarticulação da ordem vigente, haja vista que esta é antagônica e contraditória.

¹⁷ “Foram as próprias condições sociais, nas quais emergiram as ciências sociais, que as levaram a defrontar as diversidades, desigualdades e antagonismos. A sociologia ‘se viu confrontada com as contradições da sociedade de classes em expansão’. Para estar em condições de ‘apanhar tais contradições em suas condições, causas e efeitos, precisou adaptar suas técnicas de observação, de análise e de explicação a um padrão de objetividade que incorporasse a negação” (Ianni, 1996, p. 27).

Fernandes (1977) também tece contundente crítica à neutralidade ética científica proposta pelos clássicos (sobretudo pela perspectiva positivista) e pela Sociologia brasileira em vigor à época. Soma-se a isso sua formulação sobre verdade científica, pois esta não pode ser tida como absoluta ou objetiva, mas sim como um produto de processos históricos, culturais e políticos. A busca por esta verdade é moldada pelo contexto sociocultural, econômico e político em que o desenvolvimento das Ciências Sociais ocorre e as ideias e teorias produzidas pelos cientistas são influenciadas por suas próprias crenças, experiências e posições sociais, sendo este um processo dinâmico e em constante evolução, sujeito a revisões e críticas contínuas.

Dessa forma, a verdade científica não é neutra ou isenta de valores éticos/morais, mas sim moldada por princípios, interesses e perspectivas daqueles que a produzem, enfatizando a importância de considerar o contexto histórico e cultural da investigação científica e as formas pelas quais a produção de conhecimento foi influenciada por fatores sociopolíticos e econômicos. Isso é, o conhecimento científico não é simplesmente um reflexo da realidade, mas é também um produto da interpretação e representação humana. A ciência, em especial a sociológica, também deve tomar como pressuposto a verdade como ferramenta de e para a transformação social e emancipação humana. Nas palavras de Fernandes, “[...] a <<neutralidade ética>> acaba se impondo como uma condição de controle externo da ciência e da tecnologia científica pelos *idola* consagrados pelo capitalismo e pelo monopólio burguês do poder” (Fernandes, 1977, p. 129). Isso denota sua crítica à cooptação da ciência pelo processo de produção capitalista e à noção de verdade científica. De forma complementar a essa perspectiva, João Pacheco de Oliveira (2018, p. 140) chama atenção para o seguinte:

O pesquisador não pode jamais imaginar-se como um sujeito radicalmente exterior às disputas e classificações sociais, supondo haver feito tabula rasa das múltiplas representações e interesses que estão em torno de sua etnografia. A produção científica precisa ser analisada não por meio de autorrepresentações engendradas a partir da importação descontextualizada de conhecimentos, mas sim através de uma análise minuciosa das práticas concretas de investigação postas em prática, dos resultados obtidos e buscando tomar consciência do campo de possibilidades em que se movimenta e de seus limites.

Corroborando com essa ideia, Marcelo Fetz e Fabrício Defacci (2021, p. 239), em citação a Fernandes (1965, p. 125), apontam que “[...] a ciência não brotou [...] como uma mitologia espiritual. Ela nasceu e progrediu [...] como um produto do pensamento inventivo e da disposição social do homem de impor-se um novo padrão cultural de verdade”. Dessa forma, assumem que “o fundamento do pensamento científico se encontra na conexão entre as categorias formais de pensamento e o pensamento crítico das condições histórico-sociais de uma época” (Fetz; Defacci, 2021, p. 240).

Ao mesmo tempo, ao pensar o letramento revolucionário da militância e dos movimentos sociais, sindicalistas e da massa de trabalhadores, Florestan (1977) acaba por estabelecer um tipo ideal, seguindo parte da experiência socialista em outras localidades, o que não será discutido com mais profundidade neste estudo. Contudo, é importante ressaltar que ele pondera que o(a) sociólogo(a) deve estar apto a fornecer a qualquer momento o conhecimento sociológico necessário para as pesquisas e as intervenções transformadoras em ordens sociais vigentes. Nessa ocasião, aproveita para criticar a sociologia formal e sistemática, posto que esta se volta principalmente ao plano teórico-conceitual e/ou para o controle das forças sociais emergentes nas diversas civilizações ou para manter o equilíbrio estático da ordem social prevalecente. Para a prática revolucionária, elenca que a sociologia descritiva, a sociologia comparada e, sobretudo, a sociologia diferencial/histórica são prioritárias e fornecem maiores contribuições.

Um ponto que se mostra recorrente na obra de Fernandes (1977) é a relação entre sociologia, democracia e desenvolvimento no contexto brasileiro e também na emancipação latino-americana. É manifesta a ênfase na importância da participação e da representação democrática no processo de desenvolvimento e superação do arcaísmo social, pois isso implica na garantia de que os benefícios do desenvolvimento pudessem ser compartilhados de forma a corrigir as disparidades sociais, o que seria possível a partir de uma radicalização da democracia, que eventualmente culminaria no socialismo. Tendo isso em vista, Fernandes dá destaque ao papel dos movimentos sociais, aos sindicatos e às organizações da sociedade civil na luta pela democratização e pelas pautas de interesse social, entre elas, o compartilhamento dos frutos do desenvolvimento industrial.

Por fim, cabe destacar as reflexões de Florestan (1968; 1972) sobre a realidade latino-americana, marcada por seu lugar de subdesenvolvimento e dependência no capitalismo global e pela contraditória herança colonial na região, no âmbito da expansão, da internacionalização e da dominação imperialista do capital, empreendido, sobretudo, pelas nações desenvolvidas (com destaque para os Estados Unidos), o que, por sua vez, influenciou a constituição de sociedades de classe antagônicas e desiguais na periferia do capitalismo global.

É a partir da transferência do eixo de análise centrado nas sociedades nacionais para a expansão do capitalismo moderno que Fernandes procurará analisar a inserção dependente da América Latina na estrutura e na dinâmica do capitalismo internacional, destacando como as sociedades de classe se alinharam ou mesmo foram moldadas por este processo, o que também denota certa dependência cultural na região, análise inicial que o autor empreende em meados dos anos 1950. Não somente, é nessa virada que Florestan (1968; 1972) passa a tentar compreender qual papel o Brasil e as outras nações latino-americanas têm no processo de avanço da mundialização capitalista, inaugurando sua

teorização sobre o capitalismo dependente, procurando destrinchar os fundamentos gerais do processo de desenvolvimento capitalista e como isso se constitui frente às especificidades históricas, socioeconômicas, políticas e culturais das nações dependentes (Limoeiro-Cardoso, 1997).

Conforme Mirian Limoeiro-Cardoso (1997) e Cristiane Luíza Sabino de Souza (2017), após os anos 1960, em polemização com as perspectivas desenvolvimentistas, Florestan passa a tratar cada vez mais sobre os temas do capitalismo dependente, subdesenvolvimento, revolução socialista, Estado, classes sociais, imperialismo, entre outros, fornecendo diversas contribuições para avançar o que caracterizam como *controvérsia da revolução brasileira*. Sublinham ainda que, embora Florestan tenha trazido todas estas contribuições, parte delas únicas, o autor não é reconhecido com a seriedade que se deve nas produções e nos círculos intelectuais sobre história econômica no Brasil e no continente.

Como um dos resultados desse processo, Souza (2017, p. 432–433), em complemento a Limoeiro-Cardoso (1997) reforça que:

O recorte definidor da unidade de análise sofrerá modificações ao decorrer da pesquisa do próprio Florestan, que construirá seu objeto e o reconstruirá: primeiro, enquanto expansão capitalista mundial, entendendo a sociedade nacional como parte desta expansão; segundo, enquanto 'forma de integração' das 'sociedades heteronômicas ou dependentes' aos 'centros de dominância' da expansão econômica capitalista; e terceiro, um pouco mais tarde, com a caracterização desta 'forma de integração' como uma forma, particular e específica, que o desenvolvimento capitalista assume nas economias dependentes, com a construção do conceito de capitalismo dependente.

Dessa forma, podemos entender como o conceito de capitalismo dependente, o qual Florestan (1968; 1973) considera como parte do todo que é o capitalismo, vai sendo moldado, percebendo que as sociedades nacionais e as classes vão se moldando ao processo de expansão capitalista, ao passo que passam a ser integradas de forma dependente e subsidiária às cadeias dominantes no centro do capitalismo global. Isso vai de encontro ao processo argumentativo-metodológico típico de Fernandes, que, conforme Mariana Davi Ferreira (2019, p. 51) consiste em "trabalhar sempre com foco na tensão dialética entre o geral e o específico", isto é, articulando as condicionantes histórico-estruturais-conjunturais universais (sobretudo a expansão global do sistema e do modo produtivo capitalista) e sua respectiva contraparte particular (elementos e cenário que distingue as dinâmicas provenientes do capitalismo dependente).

Em sucessão não linear à obra *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de 1968, é na obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973) que Fernandes irá levar sua análise sobre a dependência na América Latina na dinâmica do capitalismo mundial e como isto está intrínseco à constituição da estrutura de classes ao seu maior refinamento. Nela, entende-se que o subcontinente foi submetido ao alinhamento com a ocidentalidade

européia e sua ideia civilizacional¹⁸, ligação fruto do processo de invasão e colonização, o que estabeleceu os primeiros processos de dominação direta e dependência do exterior, mediante o processo de colonização, que perdurou durante todo o período de colonização. Posteriormente, seguindo os padrões de dominação externa, agora indireta, esse colonialismo se transmutou em um padrão mais complexo a partir dos processos de independência nas Américas, rumando ao que Fernandes (1973) denominou como *neocolonialismo*. A partir deste evento no continente, concomitante ao contexto de revolução industrial no continente europeu (século XVIII), focalizado, sobretudo, no Reino Unido, coloca a relação entre as nações americanas recém-independentes em um novo ciclo de dominação, o qual Florestan destaca que atingiu abrangentemente as sociedades latino-americanas. Sobre isso, o autor destaca que “[...] a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina” (Fernandes, 1973, p. 16).

Por fim, Fernandes (1973) destaca que a quarta fase de sua análise sobre os padrões de dominação externa, o último modelo surgido até a publicação da análise do autor, evidencia o papel das grandes corporações multinacionais do norte global no estabelecimento de novos padrões de dominação, exploração massiva do trabalho e evasão de divisas dos países latino-americanos, abrangendo praticamente todos os aspectos e esferas da vida social destas nações, tal qual as áreas trabalhistas, comerciais, de serviços, financeiras, de consumo e da maioria dos campos da indústria leve e pesada. Esse acontecimento marca o que o autor denominou de *imperialismo total*, encabeçado pelos Estados Unidos. Posteriormente, este modelo vai se modificar frente à ascensão neoliberal e às transições do capitalismo para sua forma financeirizada e altamente tecnológica (Almeida Filho; Filice, 2023).

Florestan ilustra sua ideia de economia dependente/subdesenvolvida conforme os seguintes parâmetros:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (Fernandes, 1968, p. 36–37).

¹⁸ “À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início com a ‘conquista’ espanhola e portuguesa - e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas” (Fernandes, 1973, p. 11).

Logo, o sistema dependente e subsidiário se realiza para suprir, sobretudo, as necessidades dos centros desenvolvidos do capitalismo hegemônico e também está submetido às suas instituições, reproduzindo, dessa forma, a lógica do processo produtivo do capitalismo global e a divisão internacional do trabalho estabelecida após as mudanças na economia global no período entre guerras, sobretudo após a ascensão do imperialismo global estadunidense.

As conclusões de Florestan (1968) apontam que o capitalismo dependente faz parte do todo que compõe o capitalismo mundial, haja vista que as estruturas históricas, socioeconômicas e políticas, mesmo que dependentes, são as mesmas, posto que, na América Latina, sua organização se deu de forma não autônoma, logo, dependente, de forma a absorver, preservar e se coadunar com a dominação externa. Não somente, a burguesia latino-americana está alinhada aos interesses dos centros mais influentes do capitalismo mundial, dos quais ela depende subservientemente, reforça-se e tira seu *modus operandi*.

Além disso, nesta obra, Fernandes (1973) também estabelece seu entendimento sobre o que considera como classe social. Para ele, estas são formações históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas estabelecidas como formas típicas de ordenamento das relações sociais em vigência no seio das sociedades capitalistas, responsáveis pelo estabelecimento e condicionamento das ações sociais/coletivas e de uma ordem hierarquizada de relações sociais entre indivíduos. Logo, podemos frisar o fato de que as classes sociais se estabelecem tendo por base o sistema capitalista, assumindo formas próprias às sociedades nacionais, suas condicionantes conjunturais e o próprio sistema econômico-produtivo global. Na América Latina, este processo deu origem a muitas sociedades singulares, inclusive.

Nesse ponto, devido ao processo de constituição do capitalismo dependente na porção latino-americana do continente, evidenciou-se que este trata, sobretudo, de uma ordem social competitiva que mescla um tipo ímpar de crescimento econômico com a exploração do trabalho e da mais valia e também a dominação do social pelas elites locais, em conluio com as elites do norte global. Devido a isso, o capitalismo dependente, mesmo em um processo de crescimento/desenvolvimento econômico, não levou essas nações ao nível de países desenvolvidos e autônomos, mas tratou-se especificamente do aperfeiçoamento e da aplicação de técnicas, conhecimentos e políticas para o estabelecimento de um tipo de desenvolvimento dependente, periférico e subsidiário frente ao capitalismo do centro. Ele se constitui ainda como um sistema baseado na concentração do poder estatal em representantes que muitas vezes representam os interesses das elites, exploração múltipla dos(a) trabalhadores(as) e das receitas dos Estados, pelo crescimento econômico dependente, baseado principalmente na exportação de *commodities*, na expansão dos processos internos e globais de desigualdade(s), de exclusão e miséria, bem

como pela extinção ou redução significativa de direitos sociais das classes mais pobres, em contradição à manutenção histórica ou estabelecimento de privilégios exorbitantes aos setores sociais dominantes, com destaque para o acesso ao sistema de justiça, ao orçamento público e ao poder político (Fernandes, 1973).

No caso brasileiro, em específico, Fernandes (1973) aponta que a sociedade é marcada pela contradição entre a persistência do tradicional/arcaico e a rápida modernização e a incompleta e conservadora revolução burguesa no país. Essa revolução burguesa, conforme o autor, não foi uma revolução de fato, e serviu mais para a ascensão e/ou consolidação e manutenção da posição dos grupos dominantes, as ditas elites, que não procuraram estabelecer um processo de integração sociocultural na região, tampouco a criação de símbolos e unidade para fortificar a ideia de nação no Brasil e em outros países latino-americanos. Isso nos levou ainda a um hibridismo marcado por uma ordem social estável, tipicamente conservadora, fortemente hierarquizada, com um grupo dirigente no topo da pirâmide social (elites), uma classe média urbana ligada à tecnocracia e em expansão, bem como a maioria dos setores da população em uma posição social marginal e empobrecida. Esse sistema de classes, representado sobretudo pelo poder e pela vontade das elites, encontra-se em uma situação heteronômica, possuindo uma dependência econômica, social, política, cultural, consumista, tecnológica, ideológica e moral dos países capitalistas desenvolvidos.

Além disso, Fernandes (1973) denota que a burguesia nacional tanto no Brasil como nos demais países latino-americanos aprofundam os sistemas de dependência, pois, embora não se equiparem e mesmo percam poder em relação às elites transnacionais, internamente detêm e concentram um grande nível de poder e influência, alinhando-se ou contrastando com as elites globais conforme conveniência. Nesse processo, representam massivamente seus interesses e excluem ou inviabilizam as demandas de parcelas numerosas das populações, sobretudo os ligados à justiça social e à consecução de bem-estar social com equidade, principalmente porque se utilizam da estrutura estatal, das instituições, do sistema judicial, da mídia, do sistema de segurança pública e mesmo da força ou meios antidemocrático para controle das massas e da vontade popular, perpetuando e acentuando as disparidades socioeconômicas, políticas e culturais. No caso do Brasil, essas disparidades são marcadas pelo preconceito e discriminação interseccional de cunho racial, de gênero e de classe, sendo que destes, o racismo tem uma dimensão predominante na estrutura social e institucional, o que marca a questão de gênero, da renda, do prestígio e da participação na hierarquia social (Almeida Filho; Filice, 2023).

Em complemento, Cohn (2005, p. 248) reforça que a “capacidade estrutural de agentes históricos, como a burguesia brasileira, saída na grande transição entre a condição colonial e a dependência, de aproveitarem oportunidades intrínsecas à sua condição de

classe, que com isso também não se efetiva plenamente” não foram capazes de promover um processo legítimo de autonomia e desenvolvimento pleno no país, não sendo capazes, inclusive, de estabelecer um projeto de nação verdadeiramente independente e autêntico, processo também observável nas demais repúblicas da região. Essa autonomia, em acordo com Florestan (1967), poderia ser conseguida por dois meios tidos como revolucionários: a *revolução dentro da ordem/reforma*, isto é, através de um nacionalismo de tipo radical, com conseqüente criação de um novo modelo capitalista; ou *revolução contra a ordem existente*, que remete à adoção do modelo socialista/revolucionário.

Nesse ponto, o papel dos(as) sociólogos(as) é fundamental, pois, de acordo com Fernandes (1977, p. 137), o(a) analista social “[...] não pode recuar diante do dever de desmascarar pressões pseudodemocráticas, já que, se estas existissem pra valer, elas não se feririam ao nível da defesa de interesses privados ultraprivilegiados e, em sua essência, antidemocráticos e antinacionais”. Os sujeitos são capazes de transformar e interferir na história das sociedades humanas, o que abre espaço para intervenções e interações revolucionárias, em especial, contra regimes e sistemas autoritários e autocráticos.

Ao mesmo tempo que defende estes pressupostos, Fernandes (1977) considera que pertence a uma *geração perdida*, pois, como sociólogo, cumpriu sua função e fez as confrontações necessárias, sem, contudo, ser reconhecido, atingir seus objetivos e ser devidamente aproveitado pela sociedade. A contradição social, na qual as estruturas obsoletas de manutenção do arcaico na sociedade cooptam as propostas de inovações e os avanços nas estruturas sociais, é um motivador a esta percepção. Isso também acaba sendo uma derivação de sua frustração com a aposentadoria compulsória e com a falta de mobilização social mais contundente, que permitiria a radicalização rumo à democratização burguesa e à revolução popular, deslocando seus interesses centrais da Sociologia para as questões populares (Fernandes, 1977).

Florestan (1977) ainda critica a atuação classista e os rumos que os(as) sociólogos(as) brasileiros(as) têm tomado, pois boa parte aderiu ao sistema de castração da imaginação sociológica e cooptação pelo poder. Para o autor, eles são como *novos mandarins*. Fernandes (1977) os toma como um grupo de intelectuais e especialistas que podem exercer significativo impacto sociocultural e político, mas que tem se furtado a intervenções práticas na realidade social, ou seja, sociólogos(as) que aderiram à burocracia e à manutenção da ordem autocrática. Segundo o autor, estes estão mais preocupados em manter suas posições de poder e privilégio do que em promover a justiça social com equidade, fazendo uso de seus conhecimentos para justificar e legitimar políticas que atendem aos interesses da classe dominante e não às necessidades da população em geral. Na visão de Fernandes, os novos mandarins são cúmplices da manutenção do *status quo* e da perpetuação das desigualdades, usando sua expertise para promover seus próprios interesses e os das elites.

Dado esse cenário, nos é possível indagar sobre uma eventual impossibilidade estrutural e institucional à efetivação e à prática de uma Sociologia crítica e militante no Brasil (e, por consequência, na América Latina), tal qual alertou Florestan. Isso é reforçado na obra *A natureza sociológica da Sociologia* (Fernandes, 1980), na qual traz a concepção de que as Ciências Sociais, em específico a Sociologia, seguem por caminhos tortuosos, frente à modernização reacionária e à transformação do capitalismo a nível global e local, havendo, em decorrência disso, uma multiplicidade de repertórios teórico-metodológicos neste campo do saber, que se encarrega de conceber a realidade social (fragmentada, complexa e antagônica) por enfoques diversos, impedindo, dessa forma, uma unificação da área e, consequentemente, do próprio objeto de reflexão da Sociologia brasileira/latino-americana. Posto isso, podemos visualizar que, na Sociologia latino-americana, essa abordagem se tornou exceção e não a regra.

Frente a isso, Fernandes (1977) argumenta que o papel do intelectual deveria ser o de desafiar as estruturas de poder e promover a justiça social, em vez de reforçá-las, sobretudo em um contexto de modernização conservadora. Em suma, Fernandes (1977, p. 270) reforça a concepção sobre o papel fundamental que os(as) sociólogos(as) desempenham nas transformações sociais e a necessidade de engajamento crítico e escrutínio de suas ações e ideias, propondo um fazer sociológico que frise o rigor científico e acadêmico. Firma, então, o entendimento que “o sociólogo possui vários papéis, como deve ter todo cientista social, e esses papéis devem ser dinamizados em todos os níveis da vida social, em benefício da liberdade, da igualdade social e da consciência social, da sociedade e de sua civilização, e da humanidade” (Fernandes, 1977, p. 270).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florestan Fernandes, ao longo de sua trajetória, seguiu como um intelectual orgânico, sempre comprometido com as causas sociais, sobretudo em relação ao combate às desigualdades, ao racismo e por uma educação democrática, pública, universal e de qualidade. A ênfase na questão profissional dos(as) sociólogos(as) como fundamentais para se promover uma *revolução social*, nesse sentido, é fundamental, pois se atribui a esta categoria a função de fazer a leitura da realidade social para, então, poder transformá-la.

No geral, a visão de Fernandes (1977) sobre a Sociologia reflete seu compromisso com uma revisão crítica e engajada do estudo da sociedade. Dessa forma, o autor advoga pela guinada radical e racional à democracia e à redução/eliminação das desigualdades, associando isso com o socialismo científico. Sua obra tem sido recebida e interpretada por diversas concepções e, em suma, questiona as observações e os pontos de reflexão da

Sociologia brasileira, que são tidas como responsáveis pela compreensão das relações, dos processos, das estruturas sociais e da interação/reiteração social.

Sobre a situação atual da Sociologia brasileira/latino-americana e o papel sociológico frente às crises, Fernandes questiona as interpretações puramente positivas e faz um balanço do conhecimento da área, partindo da ótica das rupturas possíveis. Para o autor:

[...] Toda crise tem dois lados. Há os que 'defendem a ordem', e assim prolongam a própria crise; e há os que 'aceleram a história', e assim aprofundam a crise para se verem livres dela e de suas iniquidades. Eu próprio estou deste lado, que me parece intrínseco à opção com a qual o cientista deve se identificar, qualquer que seja o seu campo de atuação (Fernandes, 1977, p. 127-128).

Dessa forma, Fernandes (1977) destaca o papel revolucionário e a postura combativa que os(as) cientistas, não somente os(as) sociais, devem assumir frente às crises, sobretudo as que envolvem ataques à democracia, à cidadania e aos direitos fundamentais, perpetuando violências, discriminação, exclusão e desigualdades sociais. Isso denota o papel e função social da ciência e dos(as) cientistas nas sociedades capitalistas, conforme o autor. Ao longo da obra, Fernandes segue fazendo apontamentos críticos ao modelo social e intelectual reacionário e a opressão institucional assumida no contexto de crise civilizacional burguesa. Para essa compreensão, parte da concepção dialética, com o intuito de pensar possibilidades e alternativas para movimentos amplos de reforma ou uma revolução social nos moldes brasileiros.

Para Florestan (1977), a Sociologia é uma forma de contestação, um meio de desafiar e criticar as ideias dominantes e as estruturas sociais e, dessa forma, este campo não deveria ser simplesmente uma disciplina acadêmica preocupada com a abordagem neutra da sociedade, mas sim uma prática engajada e crítica que busca expor e desafiar as desigualdades e injustiças sociais. A Sociologia tem a responsabilidade de se envolver com as questões sociopolíticas prementes das distintas épocas e contribuir para o desenvolvimento de sociedades mais justas e igualitárias, posto que é essencial criticar e desafiar as ideias e as práticas hegemônicas para provocar a mudança social.

O Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em texto publicado em sua plataforma institucional em 2016 reforça que:

Florestan defendia que para um crescimento educacional mais avançado os sociólogos teriam que sair mais das universidades e partir para a pesquisa de campo, buscando compreender a realidade social e as experiências concretas. Isso proporcionaria um grau de conhecimento mais amplo, tornando fortes as bases sociais tanto no âmbito intelectual, econômico e tecnológico, fortalecendo a universidade e as instituições. Para Florestan o pensamento é uma contribuição teórica permeada por uma reflexão crítica na qual o sociólogo sempre tem que fazer análises e sínteses baseado na conjuntura. Por esse motivo o cientista social tem que estar sempre atento às mudanças, sejam elas culturais ou econômicas. Segundo Florestan, "o cientista social reproduz a imagem da sociedade em que vive". A sociologia brasileira tem seu método investigativo devido à introdução crítica de Florestan Fernandes porque, para ele, um "pesquisador social pode ver muito e identificar pouco, e tendo ideias rígidas acaba vendo apenas os fatos que confirmam as suas concepções". Já um cientista social com

um bom conhecimento teórico e empírico pode ver muitos fatores e criar métodos de investigação na aplicabilidade das ciências sociais, propondo transformações com elementos necessários para uma visão crítica, ampliando o conhecimento baseado na realidade social em que vive (Instituto de Estudos Latino-Americanos, 2016).

Isso evidencia uma série de contribuições de Florestan para a área de Ciências Sociais e da realidade social do povo brasileiro como parte da América Latina, bem como a importância científica e analítica do autor para se pensar os processos e as conjunturas nas quais as transformações sociais se dão.

Todavia, é necessário apontar a preocupação de Fernandes (1978a) com a baixa possibilidade de se unificar a área de Ciências Sociais no Brasil, devido aos desarranjos na sociedade de classes e da revolução burguesa conservadora no país, o que poderia levar a um colapso interno do campo sociológico nacional. Isso também reforça que o autor reconheceu a complexidade e a diversidade dos estudos, das análises e das possibilidades das Ciências Sociais no país e a necessidade de a Sociologia nacional se preparar e atuar sobre as transformações sociais constantes e a dualidade da sociedade brasileira, pois a realidade nacional tende a confrontá-la a todo instante. Além disso, o contexto latino-americano é amplamente influenciado pelo brasileiro, além do contexto de inserção internacional tanto econômico como na seara do conhecimento, o que nos leva aos traços de colonialidade do saber e do poder, bem como à posição dependente e periférica no capitalismo global. Não somente, as abordagens teóricas da Sociologia dos grandes centros, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos, não fornecerão os elementos que permitam a libertação objetiva, a autonomia e a abordagem crítica dos povos dominados. Florestan, inclusive, reforça que este é o papel dos povos subjugados, que devem trilhar seu próprio processo de libertação, inclusive em termos intelectuais e instrumentais, o que é reforçado por Quijano (2005).

Cabe destacar que Florestan (1987) também considera que a revolução burguesa no Brasil não se encontra totalmente consolidada, sobretudo pelas contradições estruturais e sociais internas, se dedicando a estudar, em suas obras, o processo de formação, expansão e disputas dentro da sociedade de classes em formação, cabendo à Sociologia e à atuação dos(as) sociólogos(as) interpretar e participarem ativamente desse processo, de forma crítica. Isso se reflete no contexto latino-americano, sobretudo pelo contexto de inserção no capitalismo dependente, com resquícios das contradições coloniais e das contradições fruto das desigualdades sociais, sobretudo a étnico-racial na região.

Cohn (2005, p. 250), em complemento, destaca o *modus operandi* que Florestan propõe para esta abordagem:

Trabalhar na margem para vencer a condição marginal; visar ao centro sem instalar-se nele; buscar sempre identificar as condições objetivas para a aplicação de “técnicas democráticas de intervenção na realidade social” na busca de novas formas de organização compatíveis com a realização de todas as suas potencialidades, sem exceção – eis um belo e sério programa, longe de estar concluído.

Dessa forma, nos é possível verificar que o saber sociológico é fundamental para contornarmos as crises, assim como Florestan (1977) aponta em suas obras, bem como perceber as especificidades da América Latina, sobretudo do Brasil, dada sua condição periférica, desigual, excludente e contraditória. O obscurantismo reacionário e conservador presente na burguesia é um espectro que nos ronda constantemente, fruto das disparidades na sociedade brasileira, o que também é refletido no contexto latino-americano. A respeito disso, Florestan Fernandes, em suas obras, propõe uma ação revolucionária, transformadora da realidade, sobretudo de democratização radical e guinada rumo ao socialismo.

Ao trazer a problemática das especificidades da formação política, econômica e sociocultural do Brasil e do continente, Fernandes fala sobre como funcionam os antagonismos sociais do Brasil, e, como a dar luz a essas relações de desigualdades, explana sobre os mecanismos que operam nas relações sociais brasileiras, pautadas pelo racismo, pela desigualdade e pela especificidade do desenvolvimento capitalista no país e na América Latina.

Por fim, nos é possível compreender, com base no conteúdo analisado, que a realização de um pensamento crítico e dialético com conceitos e aspectos das teorias sociológicas contribui para a sociedade brasileira e latino-americana, permitindo repensar a História e o conjunto social pela ótica sociológica, processo no qual o conjunto das obras de Fernandes ofereceram (e oferecem) inegável contribuição e reflexões que podem nos ajudar a pensar o atual momento vivenciado no Brasil e nas nações americanas, dados os acirramentos dos conflitos e das contradições nessas sociedades desiguais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Marcelo M.; FILICE, Renísia Cristina G. Crise do capitalismo neoliberal, desigualdades e o Brasil na encruzilhada. **XIX Congresso Internacional do Fórum Universitário MERCOSUL - Integração em tempos [...]**, João Pessoa, nov. 2023, Anais. Disponível em: <https://www.congresso2023.fomerco.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BULFVSZPljtzOjQ6IjY2NzEiO30iO3M6MT0iaCl7czozMjoiODgzWUxMzk1OGE0ZjU5OTVhNjhjZDU3NzJlODQ2MzYiO30%3D>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BLANCO, Alejandro; BRASIL JR., Antônio. A circulação internacional de Florestan Fernandes. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 01, p. 69-107, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/z3vFPPrXd6sqVGXPQD6x5Wk/?lanq=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.325, de 24 de julho de 2006. **Declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira**. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11325.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Concede anistia e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em Sociologia. **Estudos Avançados**, IEA-USP, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 245-250, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/wBPjqwZwMGcrhzJL3ZCqZdB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2024.

COSTA, Cláudia. “O mais erudito dos cientistas sociais brasileiros”: Entrevista com José de Souza Martins. **Jornal da USP**, São Paulo, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/o-mais-erudito-dos-cientistas-sociais-brasileiros/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes' critical Sociology: A social theory of Brazil and Latin America**. Londres: Routledge, 2023. Disponível em: <https://www.routledge.com/Florestan-Fernandes-Critical-Sociology-A-Social-Theory-of-Brazil-and-Latin-America/ValencadeAzevedoCosta-Soares/p/book/9781032405544>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FERNANDES, Florestan. As Ciências Sociais na América Latina. *In*: CLAPCS. **As Ciências Sociais na América Latina**. São Paulo: Difel, 1965, p. 115-130.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil: contribuição para o Estudo de sua Formação e de seu Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978a.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978b.

FERNANDES, Florestan. **A natureza sociológica da Sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 123-138, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/97FbF7S6K8Jwkf4GdKc37Mr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007 [1979]. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8651116/mod_resource/content/1/da-querrilha-ao-socialismo-a-revoluao-cubana_compress.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

FERREIRA, Mariana Davi. Para uma introdução à tese do capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes. **Argumentos**, v. 16, n. 2, p. 40-, 68, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/arqumentos/article/download/209/245/692>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FETZ, Marcelo; DEFACCI, Fabrício F. Em Busca de uma Sociologia da Ciência Brasileira: Um Debate sobre as Ideias de Florestan Fernandes. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, p. 229-262, 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/670/439>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. De 1964 a 1985, veja linha do tempo da ditadura militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11. fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/de-1964-a-1985-veja-linha-do-tempo-da-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: 5 mar. 2024.

FREITAG, Bárbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, n. 26, v. 10, São Paulo, p. 129-172, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/fxZ6HLWFLHdzd85JXK7WhNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FREITAG-ROUANET, Bárbara. Meus encontros com Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 26, p. 17-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/viewFile/249330/37615>. Acesso em: 1 mar. 2024.

GUEDES, André Teles. **Florestan Fernandes e o lugar da USP na história da Sociologia no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/2758/1/2007_AndreTelesGuedes_parcial_sem_capitulo_4.PDF. Acesso em: 30 abr. 2024.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, p. 25-33, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tWXJzCGy9pK7wWBSbvVFT7Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. **Florestan Fernandes e a Sociologia brasileira**. IELA, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/florestan-fernandes-e-a-sociologia-brasileira/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. e intro. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4872466/mod_resource/content/0/AULA%206%20-%20COMP%20-%20MARX-Karl-Contribui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica_p.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A Sociologia no Brasil: História, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 147-163, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/4j6LSBRQphh5Jb6cWq9KvWG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2024.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Ideias**, v. 4, n. 1/2, p. 99-114, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8677774/34469>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. **Para uma história da Sociologia no Brasil: A obra sociológica de Florestan Fernandes - Algumas questões Preliminares**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, dez. 1994, p. 01-26. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan2.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MARTINS, José de Souza. Desafios póstumos da sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 223-242, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178771/165389>. Acesso em: 20 abr. 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Desafios contemporâneos para a Antropologia no Brasil: Sinais de uma nova tradição etnográfica e de uma relação distinta com os seus "outros". **Revista Mundaú**, n. 4, p. 140-159, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/5022/3751>. Acesso em: 5 mar. 2024.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O ensino antropológico de Florestan Fernandes: Recordações de um ex-aluno. **Revista USP**, n. 29, p. 66-71, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25613/27355>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PEIRANO, Mariza G. S. 2018. A Antropologia esquecida de Florestan Fernandes: Os tupinambá. **Anuário Antropológico**, v. 7, n. 01, p. 15-49, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6232/7767>. Acesso em: 18 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. //: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica: Introdução ao estudo da razão sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Uma obra em Sursis. Florestan Fernandes entre a Academia e o partido (1969-1983). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, n. 38, p. 324-334, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5249/3779>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SACCHETTA, Vladimir. Sumário do curriculum de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, n. 26, v. 10, p. 55-62, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nRZSmFyZsmfzGnqPZqmGQ4k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SHIOTA, Rafael Ryuichi. **Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: Duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/shiota_rr_me_mar.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVA, Lucas Trindade da. VIII – O CESIT: A elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento. Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas no Brasil. //r. SOARES, Eliane Veras, COSTA, Diogo Valença de Azevedo (Org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 279-296. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QvjPT9jz7CPEkHRj8RzYtxcYZUk_S5uf/view. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da; HIRANO, Sedi. Os tupinambá e uma nova interpretação da conquista na Antropologia de Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 26, p. 35-59, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/249347/37616>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (REBELA)**, v. 7, n. 3, p. 429-452, 2017. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/3936/2958>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SOUZA, Patrícia Olsen de. Florestan Fernandes e os dilemas da democracia no Brasil. **Perspectivas**, v. 31, p. 85-96, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/521/445/1437>. Acesso em: 17 mar. 2024.

TOSCANO, Moema. Depoimentos. Guerreiro Ramos e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). **ILHA**, v. 18, n. 1, p. 266-273, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n1p264/32742>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Recebido em 31 de julho de 2024.
Aprovado em 5 de dezembro de 2024.